

DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE DE VILA FRANCA DE XIRA

DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE DE VILA FRANCA DE XIRA

Local: Lisboa

Entidade Responsável: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)/Centro de Estudos Geográficos (CEG) – Universidade de Lisboa
Rua Branca Edmée Marques, s/n, 1600-276 Lisboa.

Coordenação (IGOT/CEG):

Ana Estevens

Jorge Malheiros

Equipa Técnica do Diagnóstico (IGOT/CEG):

Katielle Silva

Marcos Correia

Pontos de Contacto:

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Agrupamento de Escolas de Vialonga

Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso

Associação de Africanos do Concelho de VFX

ACES Estuário do Tejo

Associação para Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário (APSDC)

Associação Cabo-Verdiana Finabrava

Polícia de Segurança Pública

ISS – Instituto da Segurança Social, IP.

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Franca de Xira.

Sumário

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. METODOLOGIA.....	9
2.1 Fases da Investigação e Métodos de Recolha da Informação.....	9
2.2. Limitações	13
3. RETRATO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM VILA FRANCA DE XIRA	16
3.1. Visão geral	16
3.1.1. Portugal	16
3.1.2. Área Metropolitana de Lisboa	22
3.1.3. Vila Franca de Xira	26
4. EIXOS DE INTERVENÇÃO	34
4.1. Eixo 1 – Acolhimento.....	34
4.1.1 Contextualização, debate e opções políticas	34
4.1.2. Prioridades Gerais	64
4.2. Eixo 2 – Integração e participação.....	69
4.2.1. Contextualização, debate e opções de políticas.....	69
4.2.2. Prioridades.....	74
4.3. Eixo 3 – Interculturalidade	77
4.3.1. Contextualização, debate e opções de políticas.....	77
4.3.2. Prioridades.....	80
5. REFERÊNCIAS	83
6. ANEXOS.....	87

SUMÁRIO EXECUTIVO

Vila Franca de Xira é um município da Área Metropolitana de Lisboa onde se concentram cerca de 6.089 residentes de nacionalidade estrangeira (SEF, 2018). Segundo os dados do último Recenseamento Geral da População (2011), aproximadamente 7,8% da população residente no concelho tinha nacionalidade estrangeira, sendo que os principais grupos de nacionalidades são: Brasil, Roménia, Cabo Verde e Ucrânia, evidenciando-se o crescimento da população residente originária da China, da Índia e do Nepal. Estes cidadãos estrangeiros encontram-se distribuídos geograficamente pelo concelho, havendo uma maior concentração nas freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, com aproximadamente 30% da população estrangeira, e Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, concentrando 25%.

Portugal, ao nível das políticas públicas de integração, encontra-se, de acordo com o Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX) de 2015, no 2º lugar ao nível dos países ocidentais, o que esconde muitos problemas substantivos ao nível da discriminação e graus de dificuldade de imigrantes e minorias étnicas no país. Na verdade, quando se faz uma análise mais fina envolvendo imigrantes e interlocutores que trabalham diretamente com esta população, a realidade mostra outras dinâmicas e as problemáticas enfrentadas pelo “Outro”, imigrante, tornam-se mais evidentes.

Este documento de Diagnóstico baseia-se, essencialmente, em dados estatísticos e outras fontes documentais, tendo ainda sido possível obter informações primárias fornecidas por nove instituições parceiras da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira através das suas respostas ao guião de entrevista enviado. Adicionalmente, também foram obtidas e discutidas informações primárias avindas do *focus group* presencial¹, com entidades e indivíduos parceiros do Plano.

Este documento de Diagnóstico para o concelho de Vila Franca de Xira aborda três eixos de intervenção: 1. Acolhimento; 2. Integração e participação; e 3. Interculturalidade. O Eixo 1 - Acolhimento - abrange os temas dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM), da habitação, da educação e da saúde. Os CLAIM foram inseridos neste eixo e não no eixo da Interculturalidade dada a natureza dos assuntos tratados pelos CLAIM do concelho de Vila Franca de Xira entre 2016 e 2019 (período analisado). O Eixo 2 - Integração e Participação englobou os temas Mercado de Trabalho, igualdade de género, racismo e cidadania, e o Eixo 3 -

¹ Na realização do *Focus Group*, co-organizado com a CMVFX nas instalações da *Fábrica das Palavras* em Vila Franca de Xira, foram cumpridas as normas definidas para encontros coletivos pela Direção Geral de Saúde (DGS), no contexto da pandemia COVID-19.

Interculturalidade - procurou discutir os temas relacionados com a religião, reconhecimento da multiculturalidade no concelho e relação entre os imigrantes e os *media*. Importa ressaltar que o Eixo 3 aborda temas para os quais são escassos os dados secundários, tendo sido fundamental a realização da recolha direta de informação. De qualquer modo, parte das prioridades identificadas constitui uma aproximação àquelas que são as problemáticas reconhecidas em Portugal e identificadas por estudos já realizados para a população imigrante de Vila Franca de Xira.

Ressalta-se que as listas de prioridades por eixo de intervenção têm, em larga medida, uma hierarquia pré-definida. Isto acontece porque a lista de prioridades inicial foi definida pela equipa e, posteriormente, discutida pelos participantes no *focus group*, que validaram e consolidaram as prioridades já identificadas, às quais adicionaram algumas novas. Após a realização do *focus group*, as listas de prioridades foram reorganizadas, começando por aquelas que ganharam maior destaque nos debates. Realçamos ainda que, em diversos casos, não foi possível restringir as prioridades ao nível do concelho pois as opções de política são de nível nacional (e.g.: regularização dos cidadãos em situação irregular no país) e, por isso, definidas pelo governo central. Por outro lado, é possível identificar questões que são transversais a todas as prioridades definidas, mas que em alguns casos se tornam mais evidentes em algum eixo específico.

1. INTRODUÇÃO

Portugal é, frequentemente, considerado um dos países ocidentais onde a integração dos cidadãos estrangeiros se faz a um nível efetivo. No Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX, 2015)², por exemplo, Portugal apareceu no 2º lugar do ranking entre a Suécia (1º) e a Nova Zelândia (3º). Contudo, análises efetuadas sobretudo a partir dos dados secundários, já demonstravam diversas situações e problemáticas que não foram consideradas ou tidas em conta na análise efetuada pelo MIPEX, resultando numa visão parcial dos desafios à integração que os imigrantes vivem no seu quotidiano³.

Esta constatação mostra que há ainda muito trabalho a desenvolver ao nível das políticas públicas de integração de imigrantes, tanto ao nível nacional, quanto ao nível local, concretamente no concelho de Vila Franca de Xira. Foi neste sentido que a análise de dados secundários, a par da recolha direta de informação através da realização de entrevistas com um grupo de atores chave, bem como a apresentação e a discussão de resultados com este grupo, se tornaram fundamentais para um aprofundamento e uma maior aproximação às questões que se levantam junto da população imigrante neste concelho.

O objetivo deste documento é refletir sobre as dimensões mais relevantes para a integração efetiva dos imigrantes do concelho de Vila Franca de Xira na sociedade de acolhimento, identificando-se as principais prioridades passíveis de serem colocadas em discussão pública para eventual adoção de respostas.

Este documento teve como ponto de partida a análise de diversas fontes estatísticas e documentais, nove respostas por escrito recebidas ao questionário a representantes de organizações que desenvolvem o seu trabalho junto de comunidades imigrantes e/ou minorias étnicas no concelho, para além de uma sessão de *focus group* que envolveu representantes destas. As entidades que responderam positivamente aos convites efetuados para participação neste Diagnóstico encontram-se discriminadas no Quadro 1 na secção “Metodologia”.

²Disponível em <http://www.mipex.eu/sites/default/files/downloads/pdf/files/custom/a4/2016.10.28-12.21.27-mipex-2015-custom-book-a4.pdf> Acesso: 04 de março de 2020.

³ Refira-se, por exemplo, que não foi considerado o acesso à habitação no MIPEX de 2015, um dos pilares essenciais do Estado Social.

Assim, com base em toda a informação recolhida, foram definidos três eixos de intervenção prioritária: i) Acolhimento; ii) Integração e Participação; e iii) Interculturalidade (Figura 1).

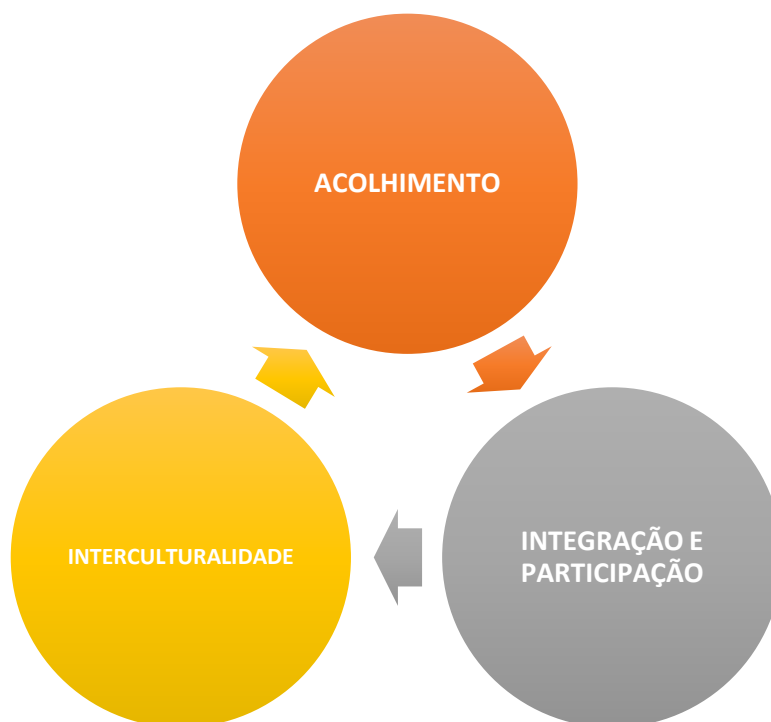


Figura 1 – Eixos de Intervenção Prioritária

Os três eixos prioritários definidos tentam espelhar os domínios que agrupam as principais questões que se levantaram durante a análise da informação.

Ressalta-se que os três eixos não constituem uma hierarquia pré-definida, apesar de se depreender que algumas questões se imporão como sendo mais relevantes para os imigrantes mais recentes (e.g.: regularização; aprendizagem da língua; acesso a cuidados de saúde). Refira-se também que alguns entraves, problemáticas e fatores de exclusão são transversais a toda a população residente, enquanto outros são mais específicos para imigrantes, descendentes de imigrantes e/ou minorias étnicas, como os portugueses de etnia cigana. Quando as problemáticas referidas se manifestam de forma exclusiva ou mais acentuada sobre estes grupos, encontra-se por norma subjacente o problema da discriminação, seja ela de natureza legal ou política, social, racial e/ ou cultural.

Relembre-se que as prioridades aqui apresentadas foram inicialmente definidas pela equipa técnica do diagnóstico com base nos dados primários e secundários levantados, e posteriormente validadas e complementadas por atores chave, no âmbito do *focus group*. Além disto, ressalta-se que as prioridades estão organizadas, em larga medida, segundo uma ordem hierárquica, tendo esta hierarquia por base as prioridades que foram reforçadas e/ou inseridas no debate coletivo pelos atores chave. Sublinha-se ainda que as prioridades nem sempre estão sob a alçada municipal, dependendo antes do governo central e de um conjunto de parcerias com instituições públicas e privadas. Deste modo, apontar-se-ão sobretudo prioridades que, de alguma forma, podem ser implementadas ao nível local.

2. METODOLOGIA

Neste ponto, apresentam-se e discutem-se os métodos de investigação utilizados na pesquisa que se realizou entre janeiro e julho de 2020⁴.

Optou-se, num primeiro momento, por uma triangulação metodológica (Figura 2) que permitiria integrar diferentes técnicas de análise de modo a tirar o maior partido tanto da informação secundária já existente (estudos, relatórios, livros, artigos publicados), como da informação primária que se recolheu através de entrevistas por escrito e de um *focus group* com atores privilegiados e *stakeholders* locais. A seleção dos participantes para este projeto incluiu a rede já constituída formalmente a nível municipal, que foi ampliada com a inclusão de outras associações, grupos ou indivíduos considerados relevantes.

A metodologia utilizada nesta investigação contextualiza o concelho de Vila Franca de Xira na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em Portugal, destacando e problematizando, essencialmente, a dinâmica imigratória. Consiste numa metodologia mista, de carácter quantitativo e qualitativo, que se esquematiza de seguida.



Figura 2 – Esquema Metodológico

2.1 Fases da Investigação e Métodos de Recolha da Informação

Num primeiro momento, desenvolveu-se um trabalho de investigação que teve por base a análise de diversos documentos oficiais, literatura académica e dados

⁴ Este trabalho deveria ter sido finalizado em Abril de 2020. Contudo, devido à pandemia de COVID-19 que obrigou à tomada de medidas excepcionais, os prazos foram alargados. Apesar disso, a situação de confinamento obrigatório vivida entre Março e Maio e o prolongamento de restrições que ainda hoje se mantêm, designadamente na AML, levaram a que esta investigação não se tenha desenvolvido como estava inicialmente planeado, tendo o trabalho sido reformulado e objeto de várias limitações. A este propósito, veja-se ponto 2.2. Limitações.

estatísticos, sobre a imigração em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Vila Franca de Xira.

Posteriormente, e com o objetivo de ter a participação de diferentes intervenientes nas áreas do i) Acolhimento; ii) Integração e Participação; e iii) Interculturalidade, foram realizadas entrevistas com um guião semi-diretivo às instituições identificadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Instituições entrevistadas

Agrupamento de Escolas de Vialonga;
Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso;
Associação de Africanos do Concelho de VFX;
ACES Estuário do Tejo;
Associação para Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário (APSDC);
Associação Cabo-Verdiana Finabrava;
PSP
ISS – Instituto da Segurança Social, IP.;
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Franca de Xira.

Com estas entrevistas foi possível ter uma visão mais ampla e aprofundada dos principais problemas, necessidades e contributos específicos dos imigrantes, o que permitiu obter uma panorâmica das dimensões-chave da integração destes no concelho. Devido às contingências pandémicas todas as entrevistas foram realizadas por escrito, entre os meses de maio e julho, após envio do guião para os diversos atores. Neste contexto, a ajuda da CMVFX foi essencial para a realização das mesmas.

No momento seguinte, com o objetivo de aprofundar as principais prioridades e ter uma participação direta e coletiva dos diferentes intervenientes associativos e institucionais, foi realizado um *focus group* presencial, no dia 23 de julho de 2020, no Auditório da Fábrica das Palavras em Vila Franca de Xira. Este contou com nove participantes, tendo estado representadas cinco instituições parceiras da autarquia nesta área da integração dos imigrantes e da interculturalidade, a Polícia de Segurança Pública (PSP), uma imigrante residente e também parceira do Plano (*informante privilegiada*), e duas técnicas da Câmara Municipal envolvidas em atividades relacionadas com a integração social (Quadro 2).

Quadro 2 – Instituições participantes do *focus group*

Indivíduos/Instituições Parceiras do Plano
Associações <ul style="list-style-type: none">• Associação de Africanos do concelho de Vila Franca de Xira• Associação para Promoção da Saúde e do Desenvolvimento Comunitário (APSDC)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Centro Distrital de Lisboa – Instituto de Segurança Social
Agrupamentos de Escolas de Vialonga
Imigrante e residente em Vila Franca de Xira
Outra Instituição
PSP- Divisão de Vila Franca de Xira
Instituição Promotora do Plano
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (2 participantes)

O objetivo do *focus group* foi apresentar os principais resultados alcançados com o desenvolvimento do diagnóstico, discutir e validar as prioridades definidas pela equipa responsável pelo diagnóstico, bem como incorporar novas prioridades sugeridas pelos atores chave, com base naquelas que são as suas experiências no terreno junto à população imigrante.

Deste modo, o *focus group* contou com cinco momentos.

1º Momento

- Introdução à sessão por parte da vereadora Fátima Antunes (pelouro da Divisão de Saúde e Solidariedade da CMVFX)
- Apresentação de todos os participantes no *focusgroup* (“quebra-gelo”).

2º Momento

- Apresentação por parte da equipa técnica do diagnóstico dos principais resultados encontrados para cada um dos eixos de intervenção e prioridades definidas.
- Apresentação por parte da equipa do diagnóstico das etapas do *focus group*.

3º Momento

- Os participantes foram divididos em dois grupos de quatro pessoas (Grupo A e Grupo B) e foi distribuída a cada participante a lista de prioridades definidas *a priori*.
- Primeiro, o grupo A ficou com as prioridades do eixo de intervenção 1, o Grupo B com as prioridades do eixo de intervenção 2 e os dois grupos com as prioridades do eixo de intervenção 3. Cada grupo teve, aproximadamente, 30 minutos para discutir cada lista de prioridades e fazer apontamentos. Os apontamentos foram realizados em *post-its*, cujos conteúdos deveriam estar relacionados com justificativas de reforço da relevância das prioridades listadas, desafios às prioridades definidas, bem como a indicação de novas prioridades que, porventura, não estivessem contempladas no diagnóstico inicial. Estes *post-it* foram colados em cartazes para posterior apresentação e debate coletivo com todos os participantes.

4º Momento

- Após a finalização da discussão dentro de cada grupo, foi escolhido um porta-voz para fazer a apresentação das sugestões e resultados a que o grupo havia chegado. Após a apresentação de cada grupo, a equipa do diagnóstico incentivou o debate aberto entre todos os participantes, com o objetivo de ver reforçados os aspetos elencados pelo grupo ou novos aspetos que os atores chave do outro grupo pudessem trazer.

5º Momento

- Balanço do *focus group* pela equipa do diagnóstico e participantes.
- Encerramento.

Importa referir que a equipa técnica do diagnóstico, além de dinamizar o debate interno e aberto dentro de cada grupo e entre grupos, foi sistematizando a informação com os objetivos de auxiliar a reflexão após a realização do *focus group* e completar o Relatório Final de Diagnóstico. Além disto, a equipa contou com o apoio da gravação áudio de toda a sessão do *focus group* (autorizada por todos os participantes) realizada e disponibilizada pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Abaixo, algumas fotografias do *focus group*.



*Fotografias captadas no dia 23 de julho de 2020.

2.2. Limitações

No presente contexto em que a sociedade se encontra, relativo à situação de pandemia de Covid-19, algum do trabalho previsto teve de ser reformulado. Tinha sido considerada a realização de 6 a 12 entrevistas presenciais e do *focus group* até abril de 2020. Foram identificados os atores chave a entrevistar em reunião (24 de janeiro de 2020) com a chefe da Divisão de Saúde e Solidariedade da altura e a sua equipa de trabalho (Quadro 1) e, posteriormente, agendado um *focus group* para dia 16 de abril às 14h30 nas instalações da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Contudo, devido à necessidade de confinamento as entrevistas não se puderam realizar presencialmente e o *focus group* foi adiado, sendo realizado apenas no dia 23 de julho de 2020⁵.

⁵ O *focus group* chegou a ser proposto pela equipa que desenvolveu este trabalho para a semana de 15 de junho de 2020. Contudo, a equipa técnica da autarquia responsável pelo acompanhamento deste trabalho de diagnóstico considerou que esta data não era compatível com a temporalidade formal

Assim, num primeiro momento, foi pedido às diversas instituições que respondessem à entrevista por escrito. Nesse sentido, os atores chave em causa foram contactados por e-mail no sentido de concederem uma entrevista online. Contudo, nesta primeira fase apenas duas instituições responderam positivamente, tendo o IEFP de contactar a tutela para obter autorização para a realização da entrevista. Com o adensar da situação, optou-se pelo envio por e-mail do guião da entrevista para que esta pudesse ser respondida por escrito. Apesar dos diversos e-mails enviados e dos telefonemas realizados, numa segunda etapa, apenas três instituições responderam ao questionário. Esta dificuldade foi reportada aos responsáveis pelo Plano na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que se responsabilizaram pela mediação entre a equipa técnica do diagnóstico e as instituições a ser entrevistadas. Deste modo, os guiões das entrevistas foram enviados para a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que efetuou a sua distribuição e incentivo ao preenchimento junto das entidades a entrevistar, tendo posteriormente procedido à receção das respostas e ao subsequente envio para a equipa técnica. Esta medida resultou na obtenção de 9 entrevistas preenchidas no total, possibilitando identificar algumas das principais questões relativas à população imigrante residente no concelho.

Quadro 3 – Instituições que responderam ao pedido de entrevista por escrito

Agrupamento de Escolas de Vialonga;
Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso;
Associação de Africanos do Concelho de VFX;
ACES Estuário do Tejo;
Associação para Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário (APSDC);
Associação Cabo-Verdiana Finabrava;
PSP
ISS – Instituto da Segurança Social, IP.;
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Franca de Xira.

associada à entrega do diagnóstico e do subsequente Plano, tendo optado pelo seu cancelamento. Contudo, o entendimento por parte da autarquia e da equipa técnica de que o cancelamento desta atividade significaria a impossibilidade de geração de conhecimento interativo e coletivo sobre os contributos e problemas dos imigrantes no concelho, levou a um reagendamento da mesma para julho de 2020, momento em que foi realizada.

A estas instituições, agradece-se o esforço que fizeram para responder ao pedido, sabendo que o mundo se encontra num período complicado ao nível económico, social e sanitário, e estando conscientes da existência de trabalho adicional em diversas frentes.

3. RETRATO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM VILA FRANCA DE XIRA

3.1. Visão geral

3.1.1. Portugal

O volume de cidadãos estrangeiros com presença devidamente documentada em Portugal conheceu um crescimento bastante rápido entre 1974 e meados da década de 1980, passando de pouco mais de 16 mil pessoas no primeiro ano para quase 74 mil na segunda data. Esta subida deveu-se, em grande medida, à chegada de milhares de cidadãos das antigas colónias africanas que se tornaram países independentes entre 1974 e 1975, e que, por força da entrada em vigor do Decreto-Lei nº308A/75 de 24 de junho, se tornaram, automaticamente, cidadãos estrangeiros (Healy, 2011; Baganha, Marques e Góis, 2009). As nacionalidades predominantes reportavam-se ao continente africano, com particular destaque para os países lusófonos.

Portugal era nos anos de 1990 um país relativamente atraente para os imigrantes, principalmente dos PALOP. A chegada de cidadãos estrangeiros e a ausência de uma política clara de regulação dos fluxos levou o governo português, após pressão das associações de imigrantes e de Direitos Humanos, a abrir um período de regularização extraordinária em 1992/93, no qual se documentaram 39 166 pessoas, 72,4% dos PALOP, e outro em 1996, que permitiu a regularização de 35 082 pessoas, 66,7% dos PALOP (Baganha, Marques e Góis, 2009). Estes processos fizeram crescer rapidamente o número de imigrantes nas estatísticas oficiais. Já no presente século, outros processos de regularização extraordinária de cidadãos estrangeiros tiveram lugar, com destaque para a criação das Autorizações de Permanência em 2001, o processo específico para cidadãos brasileiros efetuado ao abrigo do denominado “Acordo Lula” de 2003 e a última regularização geral coletiva e circunscrita temporalmente que aconteceu em 2004/2005.

Note-se que a população estrangeira com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos ocupava, em 2007, 8% do emprego total em Portugal (OECD, 2009). A sua inserção no segmento secundário do mercado de trabalho fica bem patente na proporção do emprego de baixas qualificações ocupado por estrangeiros naquele ano: 11,8% se se considerarem todos os cidadãos estrangeiros, e 27,5% para os imigrantes chegados nos últimos 10 anos (OECD, 2009, 88).

O número de imigrantes registou uma tendência ascendente até 2009, ano em que se atingiu um dos valores mais elevados de cidadãos estrangeiros documentados em Portugal (454 191 indivíduos ou 4,3% da população residente no país), apenas superado pelo número observado em 2018. Em 2009, o grupo dos europeus mantinha-se à frente dos restantes (38,9%) com particular destaque para a comunidade ucraniana (52 293 ou 11,5% do total).

Apesar da procura do mercado laboral português por trabalhadores estrangeiros, a economia portuguesa tem fragilidades estruturais que se acentuaram com a crise de 2008. Como a crise foi gerida por via da austeridade, com acentuada redução do investimento público, mas também privado, o número de falências de empresas aumentou, perderam-se postos de trabalho e ocorreu uma desvalorização interna, conseguida pela redução dos salários nominais, desregulação e redução da proteção laboral (Costa e Castro Caldas, 2014). Estas dificuldades refletiram-se num menor número de empregos disponíveis, o que, conjugado com a implementação e fiscalização do cumprimento de uma rigorosa legislação laboral sobre o trabalho indocumentado, levou a uma descida do número de cidadãos estrangeiros em Portugal, entre 2010 e 2015, com uma diminuição notória dos cidadãos da Europa de Leste e da América do Sul.

Esta redução da presença de estrangeiros em Portugal ficou a dever-se à combinação de vários motivos. Para além do aumento dos fluxos de saída de migrantes de longa e curta duração e retorno ao país de origem, observou-se igualmente uma diminuição nos fluxos de entrada, conjugada com mudanças na razão da entrada. Após atingir o valor máximo em 2008 com mais de 76 600 novos títulos, entre 2010 e 2015 verificou-se uma variação negativa na evolução da população estrangeira total. A retoma começou a verificar-se em 2016, tendo ocorrido um crescimento contínuo desde então, atingindo-se mesmo, segundo o SEF, o maior valor de estrangeiros documentados alguma vez registado em Portugal em 2018 (480 330 indivíduos). Ainda de acordo com a mesma fonte e o seu último relatório (2018), o fluxo migratório mantém uma tendência de subida, o que se explica pelo aumento do número de nacionais da União Europeia a residir em Portugal (33,7% do total). Para o ano de 2018 (SEF), registou-se um aumento de 23,4% em relação a 2017. As dez nacionalidades mais representativas são: Brasil (21,9%), Cabo Verde (7,2%), Roménia (6,4), Ucrânia (6,1%), Reino Unido (5,5%), China (5,3%), França (4,1%), Itália (3,9%), Angola (3,8%) e Guiné-Bissau (3,4%). Em 2018, destaca-se o crescimento das nacionalidades bengali (165,1%), nepalesa (141,2%) e indiana (127,3%). As acentuadas taxas de crescimento observadas nos últimos anos entre algumas

comunidades provenientes de países não comunitários, em alguns períodos em contraciclo com a tendência geral de diminuição de efetivos a nível nacional, resultam da combinação de vários fatores. Têm-se, por um lado, as estratégias de contratação de trabalhadores para atividades agrícolas em regiões específicas do país, mas também os processos de reagrupamento familiar ou as migrações em cadeia, apoiadas em redes sociais constituídas por co-étnicos (Lancee, 2012), resultantes da perceção de oportunidades de trabalho em determinadas regiões de Portugal. Adicionalmente, a migração de empresários que beneficiam de Autorizações de Residência para Fins de Investimento (ARI) e de alguns estrangeiros com maiores níveis de rendimento ocorrida nos últimos 4-5 anos tem também contribuído para este processo.

No Quadro 4 pode constatar-se a evolução da população estrangeira em Portugal a partir do número dos títulos de residência solicitados ao SEF.

Quadro 4 - Evolução da População Estrangeira em Território Nacional

ANO	Títulos de Residência	Concessão e Prorrogação de AP's	Prorrogação de Vistos de Longa Duração	TOTAL	VARIAÇÃO %
1980	50.750			50.750	
1981	54.414			54.414	7,22%
1982	58.667			58.667	7,82%
1983	67.485			67.485	15,03%
1984	73.365			73.365	8,71%
1985	79.594			79.594	8,49%
1986	86.982			86.982	9,28%
1987	89.778			89.778	3,21%
1988	94.694			94.694	5,48%
1989	101.011			101.011	6,67%
1990	107.767			107.767	6,69%
1991	113.978			113.978	5,76%
1992	123.612			123.612	8,45%
1993	136.932			136.932	10,78%
1994	157.073			157.073	14,71%
1995	168.316			168.316	7,16%
1996	172.912			172.912	2,73%
1997	175.263			175.263	1,36%
1998	178.137			178.137	1,64%
1999	191.143			191.143	7,30%
2000	207.587			207.587	8,60%
2001	223.997	126.901		350.898	69,04%
2002	238.929	174.558		413.487	17,84%
2003	249.995	183.655		433.650	4,88%
2004	263.322	183.833		447.155	3,11%
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7,27%
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1,33%
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3,70%
2008	436.020		4.257	440.277	1,04%
2009	451.742		2.449	454.191	3,16%
2010	443.055		2.207	445.262	-1,97%
2011	434.708		2.114	436.822	-1,90%
2012	414.610		2.432	417.042	-4,53%
2013	398.268		3.052	401.320	-3,77%
2014	390.113		5.082	395.195	-1,53%
2015	383.759		4.972	388.731	-1,64%
2016	392.969		4.762	397.731	2,32%
2017	416.682		5.029	421.711	6,03%
2018	477.472		2.828	480.300	13,89%

Fonte: SEF

Quanto aos níveis de instrução, ao contrário do que frequentemente se pensa, a escolaridade dos estrangeiros residentes em Portugal é, a nível global, superior à dos nacionais. Segundo o Censo de 2011, 12,7% dos estrangeiros possuem nível superior (universitário), contra 11,7% dos nacionais e 28,1% concluíram o ensino médio,

enquanto apenas 13,7% completou este nível de ensino (Oliveira e Gomes, 2014, 69, *apud* Esteves *et al.*, 2015, 66).

Ao analisar a série de dezoito anos do século XXI verifica-se que o número de estudantes sem nacionalidade portuguesa, inscritos no ensino superior português, tem aumentado de forma considerável, apesar de ocorrerem algumas quebras ao longo do referido período (Quadro 5).

Quadro 5 - Taxa de variação do número de estudantes com nacionalidade estrangeira inscritos no ensino superior em Portugal (2000/01-2017/18)

Ano Letivo	N	Varição (%)
2000/01	12 717	
2001/02	15 692	23,4
2002/03	18 760	19,6
2003/04	16 155	-13,9
2004/05	17 010	5,3
2005/06	17 077	0,4
2006/07	17 950	5,1
2007/08	18 584	3,5
2008/09	17 900	-3,7
2009/10	19 223	7,4
2010/11	21 824	13,5
2011/12	28 363	30,0
2012/13	30 472	7,4
2013/14	32 811	7,7
2014/15	33 148	1,0
2015/16	37 435	12,9
2016/17	42 021	12,3
2017/18	44 485	5,9

Fonte: Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018.

Como se nota, o número total de estudantes estrangeiros no ensino superior em Portugal passou de quase 13 mil no ano letivo 2000/01 para aproximadamente 44.500 estudantes em 2017/18, com apenas dois momentos de decréscimo nos anos letivos de 2003/04 e 2008/09.

O avanço da internacionalização do ensino superior em Portugal tem sido realizado a partir de orientações comunitárias, esforços das instituições de ensino para atrair

estudantes e cooperação com países da CPLP (Fonseca e Hortas, 2011), o que tem propiciado a diversificação das origens geográficas dos estudantes com nacionalidade estrangeira.

Em Portugal, esta diversificação geográfica está intimamente relacionada com as afinidades culturais, linguísticas e históricas, entre Portugal e países do continente Africano, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, e Sul-Americanos, com destaque para o Brasil, representando os alunos oriundos dos Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), 75% dos estudantes estrangeiros em Portugal no ano letivo 2006/07. Efetivamente, o espaço lusófono esteve na base do crescimento da migração internacional de estudantes para Portugal no primeiro decénio do presente século (Peixoto, 2007; Baganha, 2009).

Os alunos provenientes de Angola e Cabo Verde foram entre os anos letivos 2000/01 a 2008/09 aqueles com mais representatividade no conjunto dos estudantes com nacionalidade estrangeira no ensino superior em Portugal, sendo a primeira posição ocupada por Angola, até ser ultrapassada pelo Brasil no ano letivo 2008/09 (Figura 3). Esta redução dos estudantes provenientes dos países africanos pode estar associada à abertura de novas Universidades em alguns daqueles países entre 2006 e 2010 (Fonseca e Hortas, 2011).

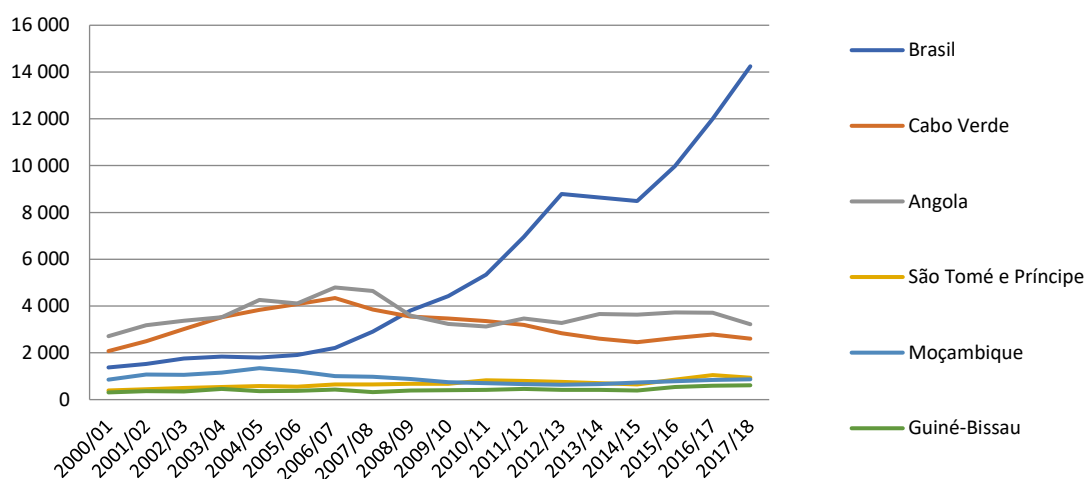


Figura 3 - Número total de estudantes pertencentes a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa inscritos no ensino superior em Portugal (2000/01-2017/18)

Fonte: Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018

Contudo, o nível de escolaridade é profundamente assimétrico entre os grupos de migrantes. Enquanto os nacionais de outros países da UE (exceto Portugal) ou estrangeiros de países do Leste (Ucrânia, Moldávia) apresentam altos níveis de educação, imigrantes da China, Índia ou das ex-colónias portuguesas, especialmente as africanas, tendem a apresentar níveis mais baixos de escolaridade.

3.1.2. Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentra uma grande proporção dos migrantes do país.

Quadro 6 - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo

	Total		Masculino		Feminino	
	2008	2018	2008	2018	2008	2018
Portugal	436.020	477.472	228.300	236.233	207.720	241.239
Área Metropolitana de Lisboa	224.089	240.963	115.263	118.768	108.826	122.195
Vila Franca de Xira	8.306	6.089	4.298	2.831	4.008	3.258

Fonte: INE, SEF | MAI, PORDATA

A AML concentra um elevado número de habitantes (2 846 332 que correspondem a cerca de 27% do total de residentes em Portugal), residindo neste território a maioria da população estrangeira do país (51,6%), segundo o Censo de 2011, o que evidencia uma importante concentração geográfica. Segundo dados de 2018 (SEF), na AML residiam cerca de 240 963 cidadãos estrangeiros, tendo ocorrido um crescimento de cerca de 7% relativamente ao ano de 2008. Um olhar mais detalhado permite observar assimetrias internas na repartição dos cidadãos estrangeiros pelo território metropolitano. Se se considerar o peso relativo dos cidadãos estrangeiros na população residente, na margem Norte da AML há um conjunto de concelhos que apresentam proporções superiores à média da AML (6,3%): Amadora (10,1%), Sintra (8,5%), Odivelas (8,2%), Loures (7,9%) e Cascais (7,0%). São municípios onde a presença de população imigrante tem uma considerável antiguidade no contexto nacional. São territórios de chegada e de instalação dos imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que chegaram a Portugal a partir dos anos 1960 e 1970. Na margem Sul, os valores são consideravelmente mais baixos e apenas o concelho do Seixal (6,4%) tem uma proporção que ultrapassa o valor de

referência regional.

A importância da AML enquanto local de residência de imigrantes tem-se mantido ao longo dos anos. Recentemente, a diversidade de origens geográficas tem aumentado e sido reforçada pela chegada de cidadãos de países asiáticos, sobretudo provenientes da China e da Ásia do Sul. Apesar destes grupos serem numericamente mais reduzidos do que os brasileiros, os cidadãos dos PALOP e os europeus têm registado importantes taxas de crescimento. Note-se que os concelhos da Amadora, Loures, Sintra, Seixal ou Almada são importantes locais de residência das comunidades cabo-verdiana, angolana e santomense, ao passo que Cascais, Mafra e Almada são municípios preferenciais para os cidadãos brasileiros.

A distribuição por género dos cidadãos estrangeiros que vivem na AML mostra um declínio geral de homens migrantes, no período de 2008 a 2015, mantendo-se esta diferença nos dados de 2018 onde 53,18% dos cidadãos estrangeiros são mulheres. A distribuição por género revela padrões interessantes. Enquanto as entradas globais mostram um equilíbrio de género, com algumas pequenas flutuações, os imigrantes asiáticos revelam uma forte taxa de masculinidade. Por outro lado, os migrantes da América Central e do Sul (principalmente do Brasil) mostram uma tendência oposta, ou seja, uma alta feminização dos seus contingentes. A proporção um pouco maior de mulheres originárias de países africanos pode ser um sinal de intensificação das tendências de reagrupamento familiar, revertendo a migração predominantemente masculina que antes se verificava.

Através da análise da estrutura etária do Censo de 2011 (visto que esta variável não se encontra disponível nos dados publicados pelo SEF anualmente), pode observar-se que os estrangeiros se destacam por exibir uma elevada percentagem de jovens adultos e poucos idosos. Segundo dados disponibilizados pela Pordata (2018), 62,39% dos cidadãos estrangeiros residentes na AML têm entre 15 e 64 anos. Estes valores vêm destacar a imigração por motivos laborais e a elevada percentagem de população ativa dentro deste grupo. Outro indicador que reforça esta ideia é a elevada percentagem de cidadãos estrangeiros a viver dos rendimentos do trabalho (segundo dados do Censo de 2011) em todas as nacionalidades (Figura 4). A população a viver a cargo da família oscila entre os 26,6% (PALOP) e 13,7% (portugueses), cifrando-se nos 15,6% entre os ucranianos. O valor mais alto de população a viver do subsídio de desemprego encontra-se entre os angolanos (8,2%), sendo de 6,0% para os moldavos e de 2,8% para os cidadãos nacionais.

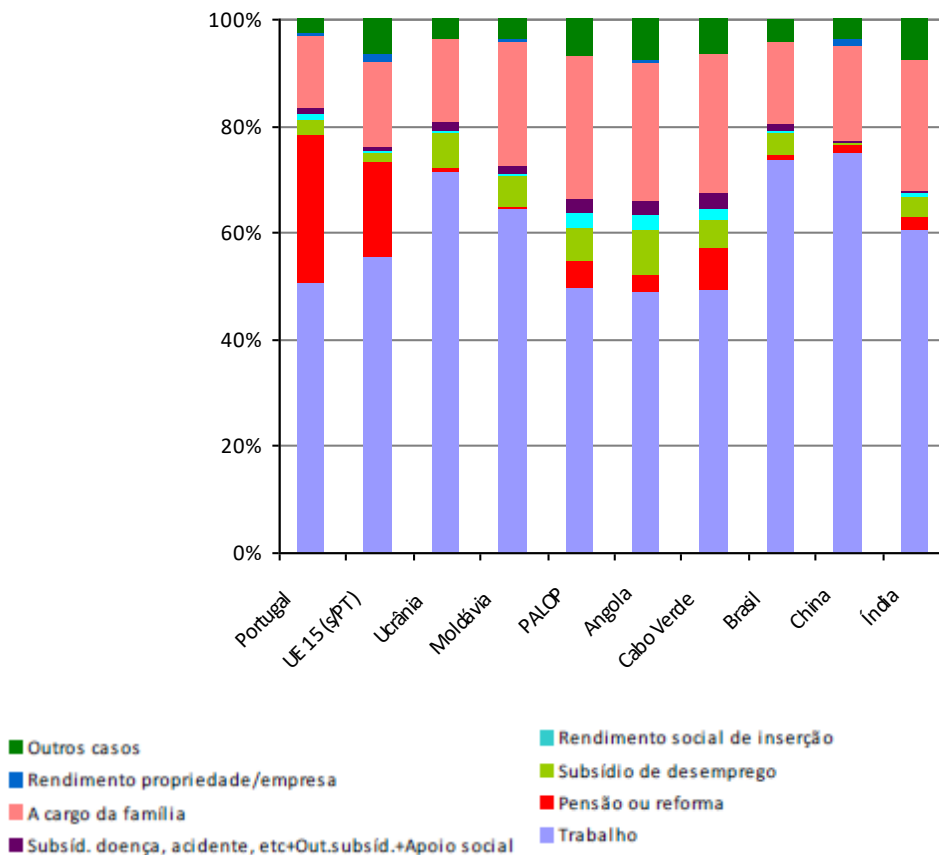


Figura 4 - População residente na AML, com idade ≥ 15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011

Fonte: INE, Recenseamento da População, 2011.

O subsídio de desemprego é a principal fonte de rendimento de uma percentagem muito reduzida da população estrangeira residente na AML. Este valor pode ser justificado através de alguns fatores que se relacionam entre si, não refletindo os valores oficiais a complexidade das diversas situações. Por um lado, a não inscrição no subsídio de desemprego por parte dos imigrantes (por exemplo, por vergonha) e, por outro, por uma boa parte do emprego imigrante ser de natureza informal. Neste último caso, a falta de um contrato de trabalho e dos devidos descontos para a Segurança Social, impedem que numa situação de desemprego o trabalhador imigrante tenha direito à prestação social que lhe é devida. Esta falta de vínculo contratual pode levantar outras questões que se prendem com a falta de integração jurídico-legal. Os cidadãos estrangeiros só podem beneficiar de prestações sociais se tiverem um título de residência válido em Portugal. Para que isto aconteça, estes

cidadãos precisaram de ter, também, um vínculo contratual formal para que possam ter um visto de residência ou de uma autorização de trabalho. Na inexistência de um vínculo contratual, a sua situação jurídico-legal no país é colocada em causa, tal como o acesso às devidas prestações sociais.

Ao nível da escolaridade, tal como acontece de modo geral para o total do país, os imigrantes dos países de Leste apresentam maiores níveis educacionais que os dos países asiáticos ou dos PALOP. (Figura 5).

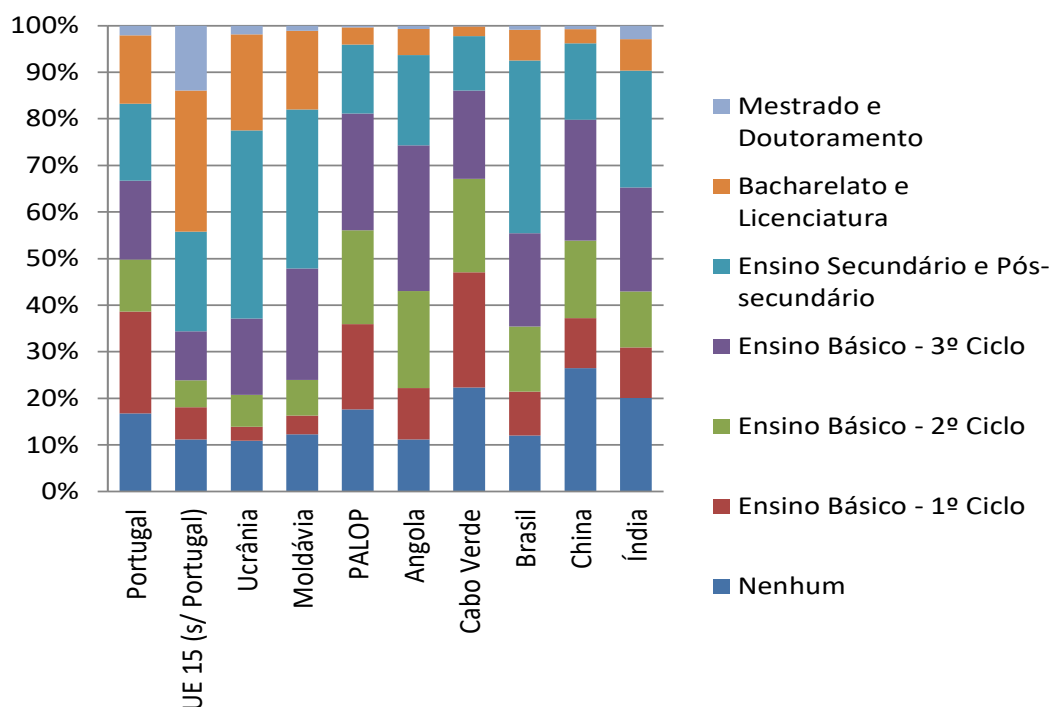


Figura 5 – Nível de educação por nacionalidade

Fonte: INE/ 2011 Censo (in: Esteves *et al.*, 2015: 118)

3.1.3. Vila Franca de Xira

A população estrangeira de Vila Franca de Xira diminuiu entre 2008 e 2018, de acordo com dados do SEF. Se em 2009 residiam perto de 9000 pessoas com nacionalidade estrangeira, valor máximo registado no período em análise, houve uma acentuada e constante queda do seu total entre 2009 e 2017. A crise económica e financeira que ocorreu em Portugal a partir de 2009 teve, e ainda tem, impactos duradouros na sociedade e economia portuguesas, aos quais o decréscimo da população imigrante em Vila Franca de Xira não é, certamente, alheio. Adicionalmente, o aumento significativo das naturalizações (obtenção da nacionalidade portuguesa por parte de cidadãos estrangeiros) a partir de 2008, na sequência da alteração da Lei da Nacionalidade, também terá contribuído para esta redução dos estrangeiros residentes. O valor mais baixo ocorreu em 2017, quando se registaram um pouco mais de 5000 habitantes com nacionalidade estrangeira, embora este tenha sido também o ano de inflexão, visto que entre 2017 e 2018 ocorreu um crescimento de 638 residentes com nacionalidade estrangeira, contribuindo para um total de 8306 residentes estrangeiros (Figura 6).

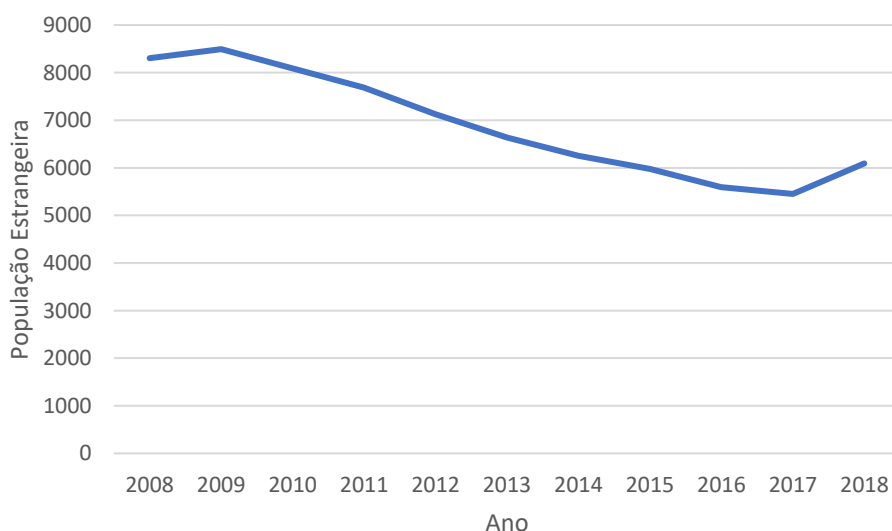


Figura 6 - População estrangeira (número absoluto), 2011 – 2018

Fonte: SEF, 2020

Estas dinâmicas de diminuição e aumento estão em linha com a evolução da percentagem de casamentos mistos celebrados e a evolução da percentagem de nados-vivos filhos de mãe estrangeira no mesmo espaço de tempo.

Assim, a percentagem de casamentos mistos tem vindo a diminuir entre 2011 e 2019 (Quadro 7), em paralelo com a tendência geral de redução do número de imigrantes a instalar-se em Vila Franca de Xira no mesmo período. Em 2012, registou-se o valor máximo da década, com 25,1% dos casamentos a terem um cônjuge estrangeiro, valor esse que foi declinando até atingir os 10,3% em 2018 (valor mais baixo da década) e 13,6% em 2019. Se a relação entre número de estrangeiros e casamentos mistos se mantiver, prevê-se um incremento da percentagem de casamentos mistos caso a população estrangeira continue a aumentar, como tem acontecido desde 2017.

Quadro 7 – Percentagem de casamentos mistos entre 2011 e 2019

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ambos os cônjuges portugueses	77.9	74.9	75.0	79.7	78.9	79.9	84.1	89.7	86.4
Um cônjuge português e outro estrangeiro	22.1	25.1	25.0	20.3	21.1	20.1	15.9	10.3	13.6
<i>Total</i>	335	331	256	301	294	269	290	290	337

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

A percentagem de nados-vivos com mãe estrangeira está também em consonância com a evolução do número de estrangeiros a residir no concelho de Vila Franca de Xira no mesmo espaço de tempo (Quadro 8). Em 2011, 14,2% dos nados-vivos tinham mãe estrangeira, o valor mais alto da década, tendo decrescido até atingir o valor mínimo, em 2015, com 10,4% dos nados vivos a terem mãe estrangeira. Com a recuperação do valor total de estrangeiros a residir em Vila Franca de Xira a partir de 2017, a percentagem de nados-vivos com mãe estrangeira tem evoluído de maneira positiva, atingindo uma percentagem de 13,2% em 2018, valor próximo do que se registava no início da década.

Quadro 8 – Percentagem de nados-vivos por nacionalidade da mãe entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Portuguesa	85.8	87.0	89.0	89.4	89.6	89.1	87.0	86.8
Estrangeira	14.2	13.0	11.0	10.6	10.4	10.9	13.0	13.2
Total	1590	1411	1309	1373	1342	1409	1314	1379

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Além das alterações no total da população estrangeira em Vila Franca de Xira, também se registou uma evolução na percentagem de estrangeiros por género. Em 2011, havia um equilíbrio entre a população estrangeira do sexo masculino e do sexo feminino, constituindo 49.54% e 50.46%, respetivamente.

Ao nível das freguesias, e com base em dados de 2011, existe um equilíbrio entre a percentagem de homens e mulheres com nacionalidade estrangeira, embora nas freguesias de Vialonga e Póvoa de Santa Iria e Forte de Casa a percentagem de homens com nacionalidade estrangeira seja um pouco mais baixa, rondando os 46%. (Figura 7).

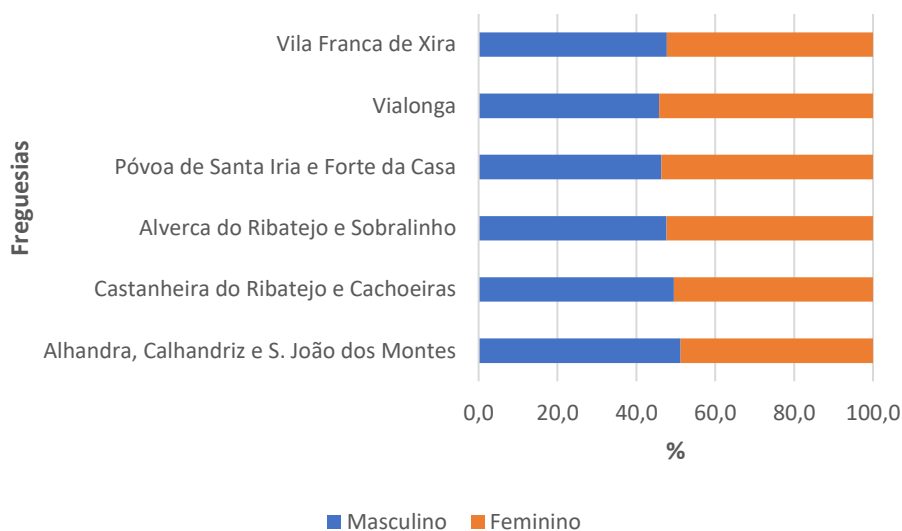


Figura 7 – Percentagem dos residentes estrangeiros, por freguesia e sexo (2011)

Fonte: INE (2011).

Em 2018, no que respeita ao concelho, registou-se um aumento da população estrangeira do sexo feminino em detrimento da população estrangeira do sexo

masculino, com a primeira a corresponder a 53,51% e a segunda a 46,49% (SEF, 2020).

Considerando os grupos etários por freguesia, e com base nos censos de 2011, é possível verificar que a maioria da população estrangeira está sobretudo na idade ativa (entre 20 e 64 anos), com valores diminutos para a população com mais de 65 anos em todas as freguesias. A população estrangeira com menos de 20 anos é também expressiva, com exceção nas freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras e Alhandra, Calhandriz e S. João dos Montes que têm valores reduzidos, muito em virtude também da baixa população estrangeira em geral. Nestas duas freguesias, a população com mais de 65 anos é quase nula. (Figura 8).

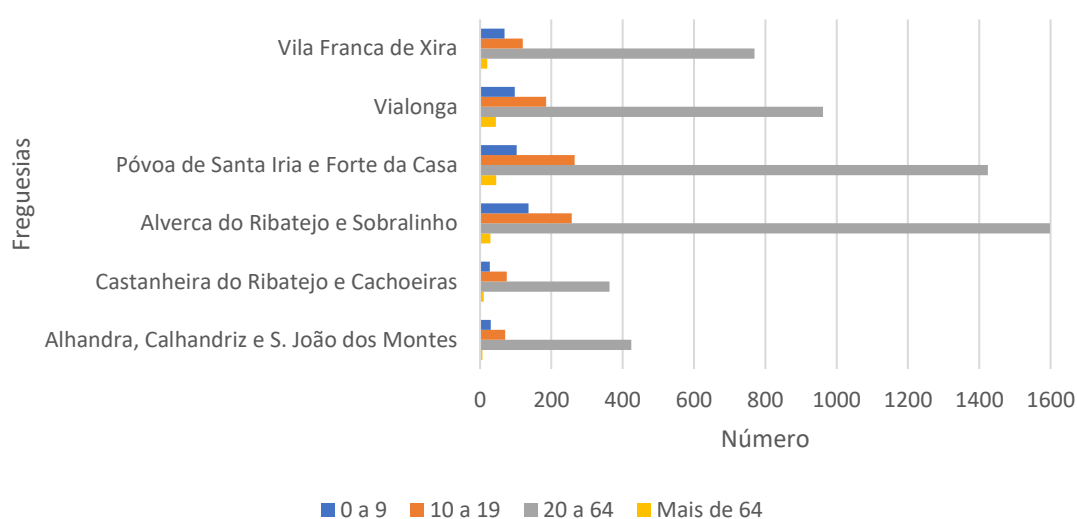


Figura 8 - Grupos etários dos residentes estrangeiros por freguesia (2011)

Fonte: INE, 2011.

No que respeita ao stock, em 2011, existiam 7130 residentes estrangeiros em Vila Franca de Xira, correspondendo a um valor de 7,8% em relação ao total da população do município. A maioria da população estrangeira estava concentrada em 4 freguesias, nomeadamente, Alverca do Ribatejo e Sobralinho (2020 residentes), Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa (1837 residentes), Vialonga (1288 residentes) e Vila Franca de Xira (979 residentes). (Figura 9).

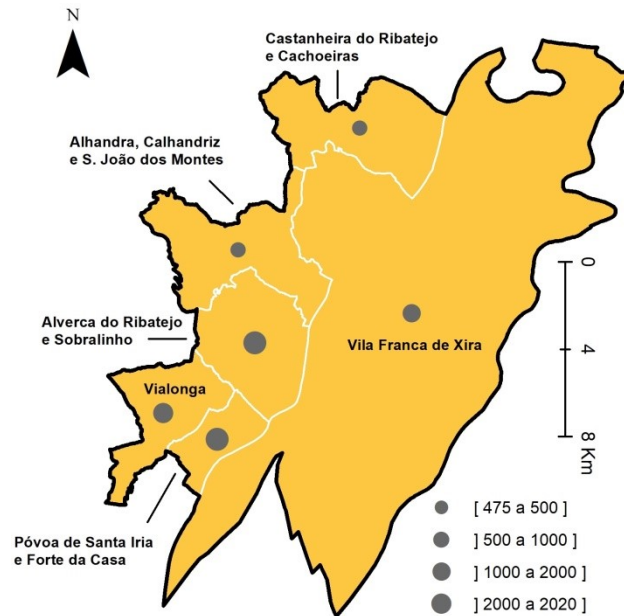


Figura 9 - População estrangeira por freguesia (número absoluto), 2011

Fonte: INE, 2011

Quando se considera o peso relativo dos estrangeiros residentes nestas freguesias no total de população estrangeira do concelho (Figura 10), verifica-se que estas concentram mais de 85% do total de estrangeiros a viver em Vila Franca de Xira. Os valores de distribuição da população estrangeira não diferem muito da distribuição total se se considerar que 84% do total da população com nacionalidade portuguesa reside nas freguesias anteriormente mencionadas. Assim, a tendência de concentração da população estrangeira parece seguir a tendência geral da população portuguesa, estabelecendo residência nos principais centros urbanos e de emprego do concelho e em proximidade das principais vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias.

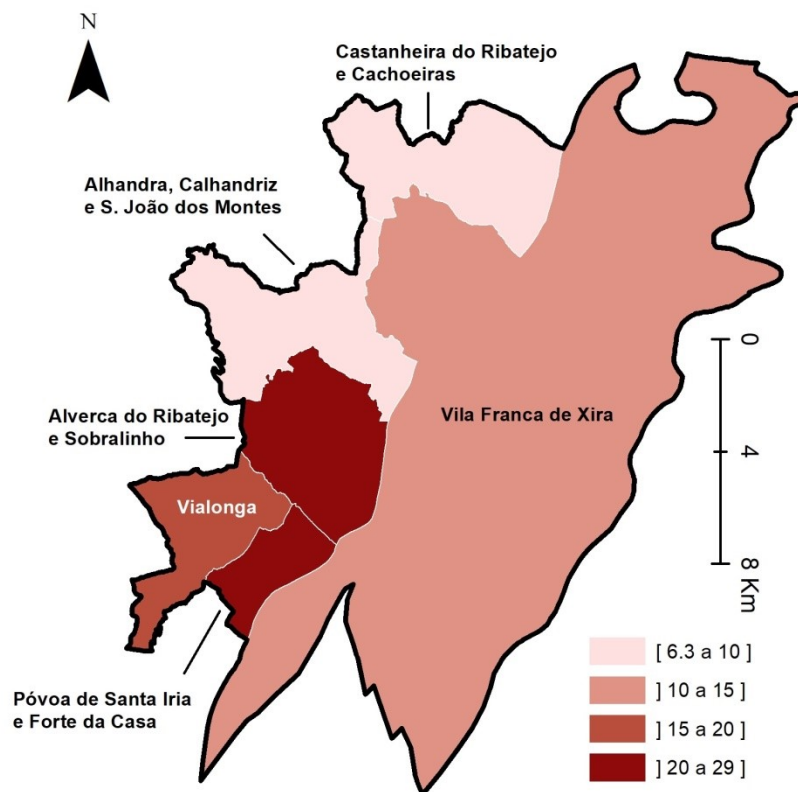


Figura 10 – Percentagem de população estrangeira por freguesia (pelo total da população estrangeira no concelho) em 2011

Fonte: INE, 2011

Quando se considera a percentagem da população estrangeira sobre a população total de cada freguesia, o cenário é bastante equilibrado, visto que os valores variam entre 4 e 6,1%. As freguesias com maior percentagem são Vialonga (6,1%), Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras (5,7%), Alverca do Ribatejo (5,6%) e Vila Franca de Xira (5,3%). (Figura 11).

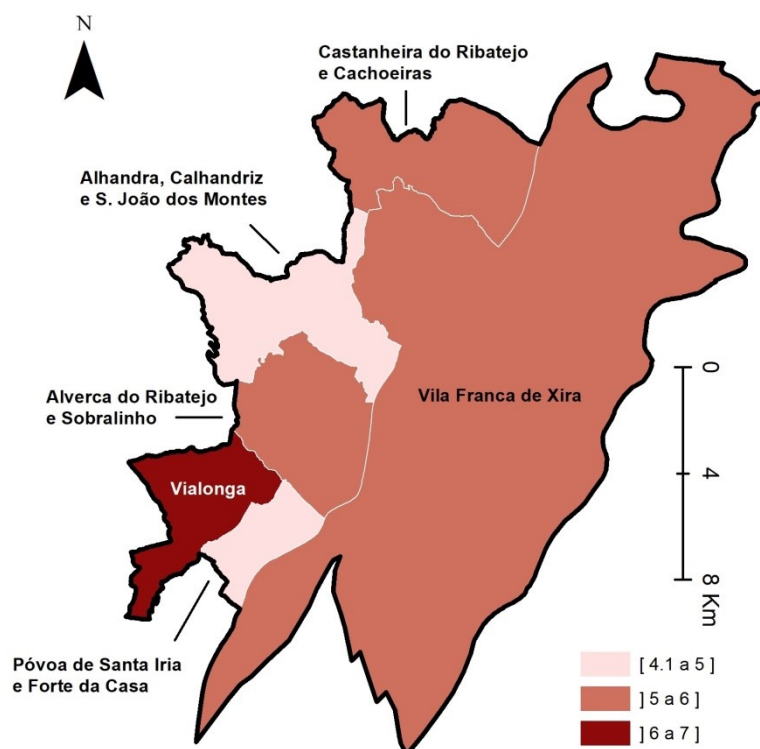


Figura 11 – Percentagem de população estrangeira por freguesia (pelo total da população total em cada freguesia) em 2011

Fonte: INE, 2011

As principais nacionalidades da população residente em Vila Franca de Xira, em 2011 e por freguesia, eram a brasileira (média de 40%), as do conjunto dos PALOP (média de 28%) e as europeias (média de 26%), como se pode observar no Quadro 9. A população brasileira é, de longe, o maior grupo nacional de imigrantes em todas as freguesias, com exceção de Vialonga (17,9%), constituindo mesmo mais de metade dos estrangeiros residentes na freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras (53,5%). Relativamente aos cidadãos dos PALOP, são o segundo grupo mais representado, com valores bastante elevados nas freguesias de Vialonga (54%) com uma forte expressão de cabo-verdianos (29%) e angolanos (13%), em Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa (40%) com a população cabo-verdiana a ser novamente o grupo principal (17%) seguido dos angolanos (9,8%). Perto de um quarto da população estrangeira de Alverca do Ribatejo também é originária dos PALOP, embora com valores mais equilibrados entre angolanos, cabo-verdianos e guineenses. Importa ainda referir a forte expressão que a população romena tem em todas as freguesias, sendo a nacionalidade europeia que mais se destaca, de longe, com as freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, Vialonga e Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras a

terem as maiores percentagens. Ainda assim, a população europeia, no seu conjunto, representa em todas as freguesias cerca de um terço ou de um quarto do total de imigrantes, sendo, na generalidade, metade desta nacional de países da União Europeia (UE 27), onde se incluem os romenos que representam a maioria deste conjunto. Por fim, importa mencionar a importância da população com nacionalidade chinesa, que embora com percentagens baixas (média de 2%), é a maior entre os estrangeiros do continente asiático, registando valores constantes, e sem grandes variações, em todas as freguesias.

Freguesia	Europa	UE 27	Roménia	PALOP	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Brasil	China
Alhandra, Calhandriz e S. João dos Montes	27.5	7.7	3.2	18.3	7.53	5.08	2.45	0.56	2.64	47.83	1.51
Alverca do Ribatejo e Sobralinho	29.2	15.1	12.1	26.6	10.45	7.43	6.78	0.84	1.09	38.47	3.02
Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras	28.4	14.1	10.5	13.9	5.26	2.95	4.00	0.21	1.47	53.47	1.05
Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa	21.7	11.2	7.5	40.4	9.80	17.04	7.84	1.36	4.41	31.19	1.96
Vialonga	24.3	15.1	12.1	54.0	13.12	28.65	5.82	1.86	4.58	17.86	1.79
Vila Franca de Xira	24.8	11.1	4.0	15.5	6.03	5.11	1.74	0.92	1.74	55.16	2.55
Média	26.0	12.4	8.2	28.1	8.7	11.0	4.8	1.0	2.7	40.7	2.0

Quadro 9 – Percentagem de população estrangeira, por freguesia, em 2011 (nacionalidades com maior representação)

Fonte: INE, 2011

4. EIXOS DE INTERVENÇÃO

4.1. Eixo 1 – Acolhimento

4.1.1 Contextualização, debate e opções políticas

O eixo acolhimento integra as dimensões relacionadas com as instituições de apoio, em especial a rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes-CLAIM, habitação, educação e saúde, sendo estas três últimas consideradas pilares do Bem-Estar Social. Deste modo, o eixo acolhimento relaciona-se com a forma como a sociedade de destino está organizada para receber a população imigrante, de modo a que o pleno acesso a essas dimensões seja garantido através da eliminação das barreiras linguísticas, financeiras e culturais existentes.

Portugal destaca-se na dimensão formal do acolhimento, tendo este um carácter globalmente positivo, vindo as normas legislativas acompanhando a evolução dos números da imigração, da qual é exemplo a Lei de Imigração ou Lei de Estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, e sucessivas alterações), o avanço de Portugal na assinatura do Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares aprovado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 2018 (Resolução A/73/L.66), cujo Plano Nacional de Implementação foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019⁶, bem como todo um conjunto de diplomas que regulam a participação e integração dos não nacionais nos domínios da habitação, saúde e educação. Todos esses avanços contribuíram para o reconhecimento de Portugal como um país com alto nível de integração no MIPEX, como já foi mencionado.

Contudo, a população imigrante depara-se ainda com constrangimentos no pleno acesso aos direitos de cidadania, ainda que a norma geral na legislação que regula os diferentes domínios societais aponte para uma igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros.

Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM)

Em termos de implementação de práticas de acolhimento mais abrangentes, importa destacar a criação, em 2004, dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) e da rede complementar de pequenos Centros Locais de Apoio à

⁶ Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/141/2019/08/20/p/dre>. Acesso: 17 de abril de 2020.

Integração de Migrantes (CLAIM), pelo Alto Comissariado para as Migrações. Em Portugal existem atualmente três CNAIM: em Lisboa e Porto, ambos inaugurados em 2004, e em Faro, inaugurado em 2009 como unidade de extensão do CNAIM de Lisboa e transformado em 2014 em unidade autónoma. Os CNAIM reúnem no mesmo espaço físico um conjunto de serviços destinados a prestar apoio à população imigrante, visando a sua integração.

Estão sob tutela dos CNAIM serviços ligados ao apoio e inclusão social, apoio jurídico, emprego, educação, reconhecimento de qualificações, além de serviços e gabinetes de apoio coordenados pelo Alto Comissariado para as Migrações. Além disso, os CNAIM são postos de atendimento de instituições públicas como: Autoridade para as Condições do Trabalho, Segurança Social e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. O CNAIM Lisboa conta com três Gabinetes especializados (Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI), Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) e Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (GAIPESQ); três serviços de apoio (Pré-triagem, Gabinete de Apoio e Triagem e Espaço Criança); e atualmente acolhe seis instituições, a saber: Espaço do Cidadão, Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Conservatória dos Registos Centrais, Ministério da Saúde, Segurança Social e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Os serviços prestados através dos CNAIM são complementados pelo Serviço de Tradução Telefónica (STT), criado com o objetivo de ultrapassar a barreira linguística, considerada uma das maiores dificuldades da população imigrante em Portugal. Este serviço pode ser acionado⁷ pela população portuguesa e estrangeira que necessite de comunicar com estrangeiros e cidadãos/entidades portuguesas. Atualmente, há serviço de tradução para 54 idiomas/dialetos (ver lista em Anexo A), embora seja um dos desafios do Alto Comissariado para as Migrações o acesso a tradutores profissionais para os idiomas/dialetos minoritários, segundo Sónia Pereira, Alta Comissária para as Migrações⁸. Este serviço é especialmente importante para os atendimentos nos serviços de saúde.

Apesar dos CNAIM estarem localizados em apenas três cidades, contam com uma rede desconcentrada geograficamente e descentralizada de cerca de 100 Centros Locais de Apoio a Integração de Migrantes (CLAIM). O papel dos CLAIM é fornecer

⁷ Funciona todos os dias úteis entre as 09:00h e as 19:00h, através da linha SOS Imigrante 808 257 257 (se ligar a partir da rede fixa, tem custo de chamada local) ou 218 106 191 (se ligar a partir da rede móvel).

⁸ Informação fornecida no 6º Webinar do CEG/IGOT da Universidade de Lisboa, com o tema “Migrações Internacionais e Comunidades Migrantes: impactos da COVID-19”, realizado dia 03 de junho de 2020.

informações e apoio à população imigrante durante todo o processo de acolhimento, numa lógica de proximidade e parceria entre o ACM, municípios e organizações da sociedade civil, promovendo a integração através da mobilização e coordenação das estruturas locais existentes no sentido da promoção da interculturalidade a nível local.

O concelho de Vila Franca de Xira conta com um centro especializado de apoio ao imigrante, da responsabilidade da autarquia, CLAIM de Vila Franca de Xira (freguesia de mesmo nome), e além deste mais três pontos de atendimento fixos distribuídos por três das seis freguesias do concelho: CLAIM Vialonga (freguesia Vialonga), CLAIM Arcena (freguesia Alverca do Ribatejo/Sobralinho) e CLAIM Póvoa de Santa Iria (freguesia Póvoa de Santa Iria/Forte da Casa). As duas freguesias que não contam com CLAIM são Castanheira do Ribatejo e Alhandra/São João dos Montes/Calhandriz. Entre 2016 e 2019, 1925 pessoas foram atendidas nos quatro CLAIM mencionados. Destas, segundo os relatórios de atendimento fornecidos pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em mediação com os CLAIM, apenas seis pessoas não tiveram os seus casos tratados (quatro no CLAIM Vila Franca de Xira, uma no CLAIM Arcena e uma no CLAIM Póvoa de Santa Iria).

Considerando o total de atendimentos realizados, verifica-se que o CLAIM de Vila Franca de Xira e o de Arcena representaram, respetivamente, 46,1% (889 atendimentos) e 43,2% (833 atendimentos) dos atendimentos totais realizados, seguidos do CLAIM de Vialonga com 6,8% (132 atendimentos), sendo o CLAIM da Póvoa de Santa Iria aquele com a menor representação de atendimento: 3,6% (71 atendimentos). Uma das razões apontada no *focus group* para o CLAIM de Vialonga ter baixo número de atendimentos foi o facto desta freguesia concentrar uma população imigrante “mais enquadrada”, ou seja, que ali reside há mais tempo, o que implica ter atualmente menos necessidade de recorrer aos serviços de apoio a imigrantes prestados no CLAIM.

Na Figura 12 podemos observar a evolução do número de atendimentos realizados pelos CLAIM entre 2016 e 2019. O CLAIM de Vila Franca de Xira é o único com aumento consecutivo no número de atendimentos no período analisado, enquanto os outros CLAIM, nas três transições 2016-2017, 2017-2018 e 2018-2019, apresentaram variações com aumento, decréscimo e de novo aumento de atendimentos (CLAIM Póvoa de Santa Iria); aumento e decréscimos consecutivos (CLAIM Arcena); e decréscimo nas duas primeiras transições e aumento na última (CLAIM Vialonga).

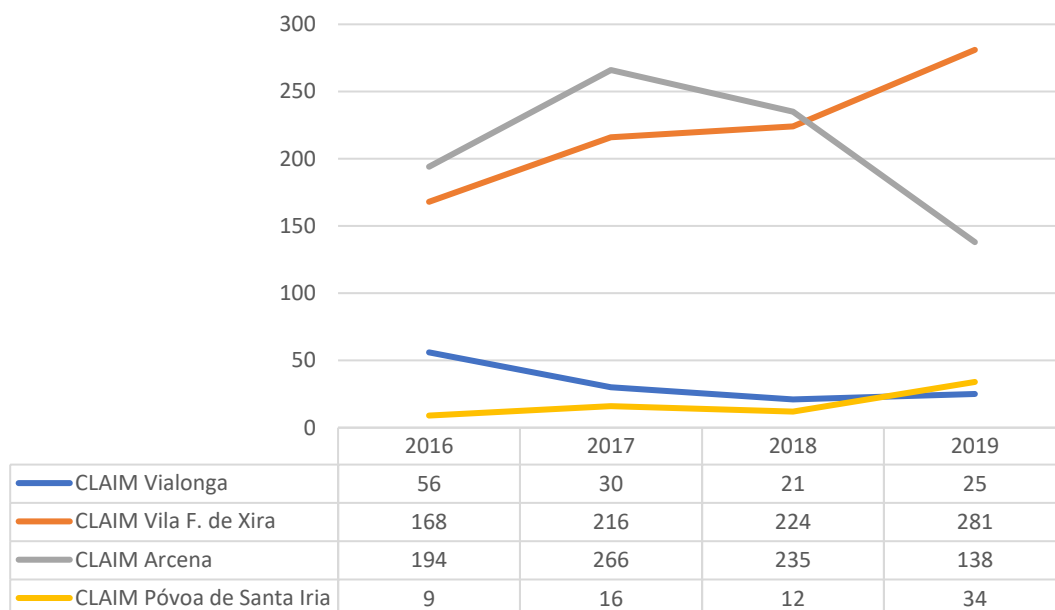
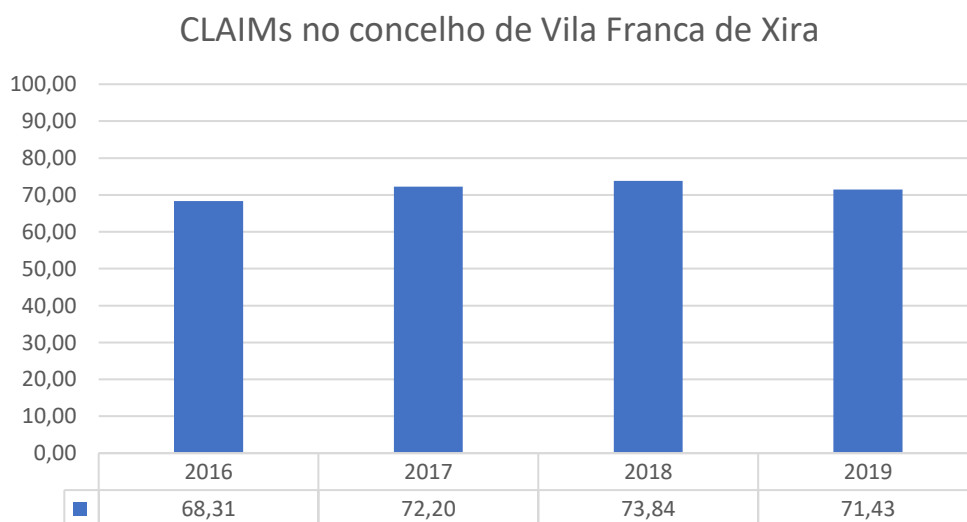


Figura 12 – Evolução do número de atendimentos realizados nos CLAIM em Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

No que respeita ao sexo dos indivíduos que procuraram os serviços prestados nos CLAIM, verifica-se que a predominância foi de mulheres em todos eles e em todos os anos, apenas com a exceção de 2018 e 2019 no CLAIM de Vialonga, cujo sexo-rácio evidenciou maior representação dos homens (Figuras, 13, 14, 15, 16 e 17).

Figura 13 – CLAIM no concelho de Vila Franca de Xira, Sexo-Rácio dos utentes (%)



Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

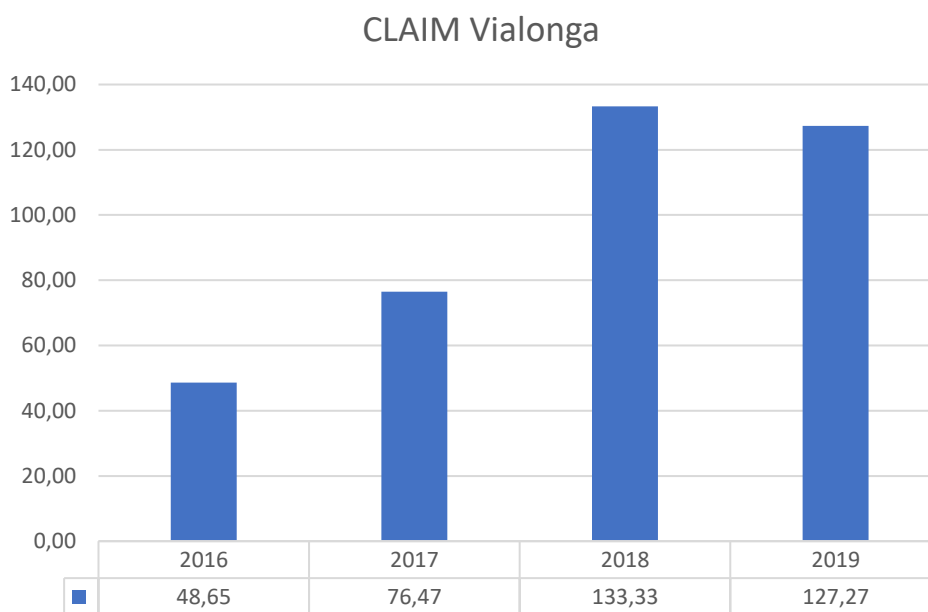


Figura 14 – CLAIM Vialonga, Sexo-Rácio (%)

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

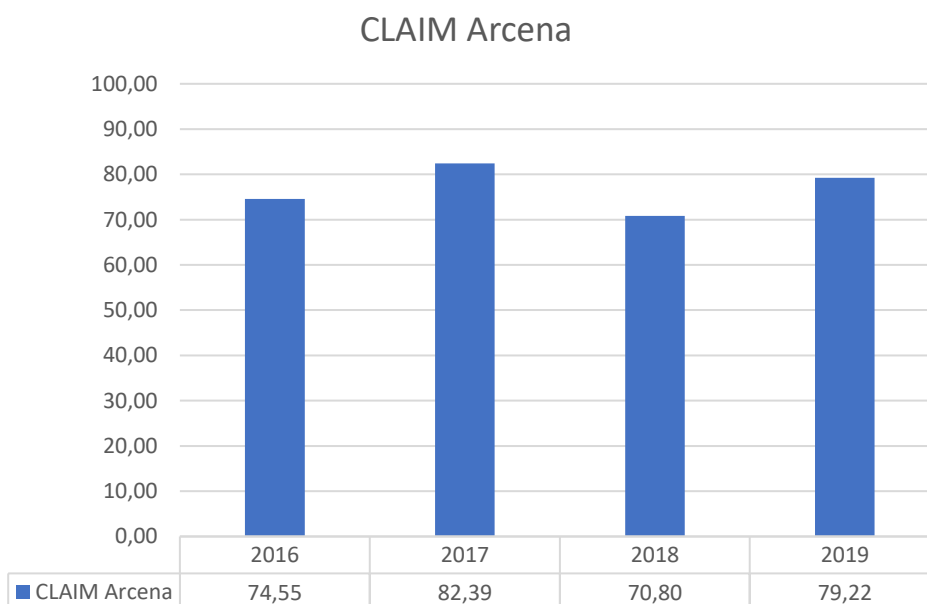


Figura 15 – CLAIM Arcena, Sexo-Rácio (%)

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

CLAIM Vila Franca de Xira

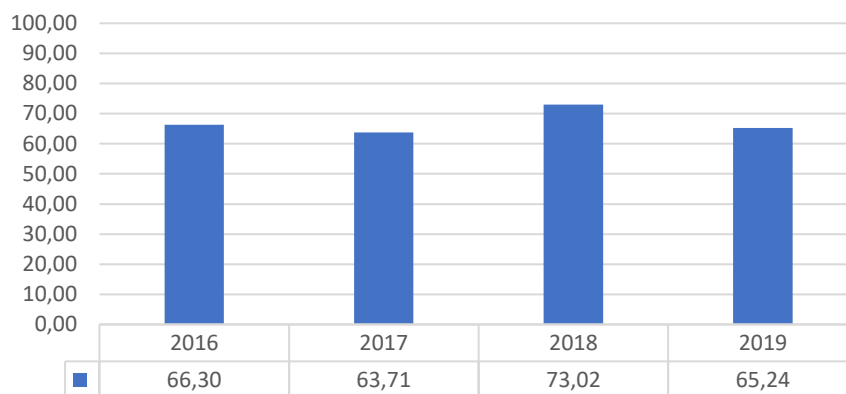


Figura 16 – CLAIM Vila Franca de Xira, Sexo-Rácio (%)

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

CLAIM Póvoa de Santa Iria

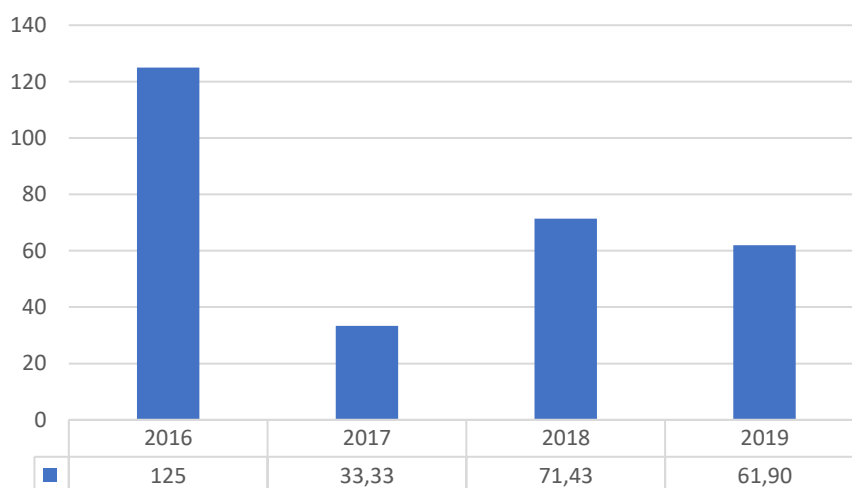


Figura 17 – CLAIM Póvoa de Santa Iria, Sexo-Rácio (%)

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

No que respeita à faixa etária, foram definidas sete classes de análise: menos de 18 anos, 18 aos 25 anos, 26 aos 35 anos, 36 aos 45 anos, 46 aos 55 anos, 56 aos 65 anos e maiores de 65 anos. Dadas estas classes, verifica-se que os indivíduos que utilizaram mais os serviços disponíveis nos CLAIM pertenciam às faixas etárias que compreendem grande parte da população ativa: 26 aos 35 anos (28%), 36 aos 45 anos (29%) e 46 aos 55 anos (14%) (Figura 18).

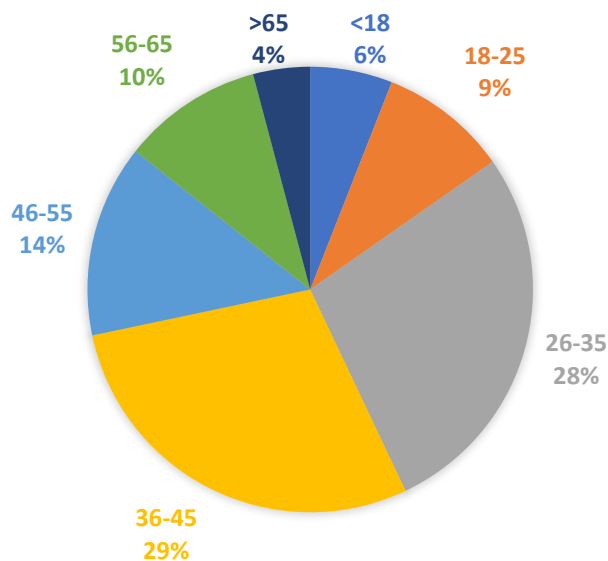


Figura 18 - Grupos etários dos indivíduos que utilizaram os serviços dos CLAIM no concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2017

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

Como ainda se pode observar, os grupos muito jovens (menores de 18 anos), jovens (18-25 anos) e idosos (maiores de 65 anos) foram aqueles com menos representação entre os indivíduos que utilizaram os CLAIM.

Na impossibilidade de recolher dados primários, uma estratégia para compreender aqueles que poderiam ser os principais problemas da população imigrante residente no concelho de Vila Franca de Xira foi analisar os assuntos que levaram esta população a procurar os CLAIM, embora se saiba que não se trata de uma amostra representativa da população imigrante deste concelho.

Como se pode observar no Quadro 10, foram bastante diversificados os assuntos tratados, mas com algumas particularidades que se destacam a seguir.

Quadro 10 – Assuntos procurados nos CLAIM do concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2019

Assuntos procurados nos CLAIMs	CLAIM Vialonga				CLAIM Vila F. de Xira				CLAIM Arcena				CLAIM Póvoa de Stª Iria			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
1. Saúde				1	3	1	12	7	12	3	7	8				
2. Trabalho				2	4	4	16		12	5	6					
3. Educação					2	7	6	9	3	2	3	1				
4. Segurança Social/Apoio Social	4	4		1	2	5	2	16	43	86	71	1			1	1
5. Habitação	3	1							4	12	15		1			
6. Reagrupamento Familiar					4	8	30	33	2	13	5	10				1
7. Nacionalidade	4	1	3	2	9	4	3	10	4	6	3	2	3	1		1
8. Renovação AR temporária	14	8	5	2	24	31	21	18	24	17	12	14	1	3		
9. Renovação AR permanente	3	4	6	1	3	2	4	2	2	3	1	3	1			
10. Visto curta duração/renovação de visto de curta duração, renovação visto de estudo e trabalho					2	5	4	7	5	1	2			1		2
11. Prorrogação de visto	1			3	1	2	1	3	7	12	7					1
12. AR, AR permanente e pedido de AR					20	17	9	10	21	28	48	10				
13. AR com dispensa de visto	1	2	1	1	5	10	10	5		7	7	3		1	4	1
14. AR excecional		1		6	34	72	90	107	8	47	35	26				12
15. Outros	2		2	3	16	9	8	12	6	8	8	7		2	1	7
16. Cartão residência familiar UE					22	26	17	16	4	7	3	1				
17. Prorrogação de AP e prorrogação de AP familiares								2	10		3					
Visto de residência								3								
18. Retorno Voluntário					1	2	2	5								
19. Contatos	19	11	8	5	10	8	3	4		1	2	42	2	10	6	6
20. Outros (Geral)/Migração para a UE	9	1	2		7	2	4	13	14	9	4	8	1		1	2

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

Nota1: Um indivíduo pode ter procurado o CLAIM para tratar mais de um assunto. Assim, a soma dos assuntos de cada CLAIM por ano pode ser maior do que o número total de indivíduos atendidos.

Nota 2: Os assuntos compreendidos entre os números 8 e 17 referem-se no documento do CLAIM à dimensão *Regularização*.

Nota 3: O assunto “Outros” (número 15) abrange os assuntos: Certificado de registo de cidadão comunitário, Cartão de residência, Estatuto de Refugiado, Certificado de registo EU, Documentação Variada e Outros assuntos não especificados pelo relatório dos CLAIM.

Analisando apenas a dimensão “Regularização” (que abrange os assuntos do número 8 ao 17) vê-se que incide sobre um conjunto diversificado de motivos, dos quais se destacam aqueles ligados às Autorizações de Residência (AR) (renovação da autorização de residência temporária, autorização de residência, autorização de residência permanente e pedido de autorização de residência e autorização de residência excecional). Fora da dimensão “Regularização” chama-se a atenção para o assunto “Nacionalidade” procurado em todos CLAIM. “Reagrupamento Familiar”, “Saúde”, “Trabalho” e Educação” são mais procurados nos CLAIM Vila Franca de Xira e Arcena; e “Segurança Social/Apoio Social”, apesar de ter sido procurado em todos os CLAIM, teve destaque no CLAIM Arcena. Desde 2016, o município fez uma parceria com a Segurança Social e dispõe de um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Integrado, o que vem garantindo respostas mais céleres, também à população migrante.

Uma vez identificados os assuntos procurados nos centros locais importa conhecer a situação documental dos indivíduos que procuraram os CLAIM em funcionamento no concelho de Vila Franca de Xira. As tipificações das situações foram agrupadas em doze categorias como pode ser visto na Figura 19.

CLAIM no concelho de Vila Franca de Xira

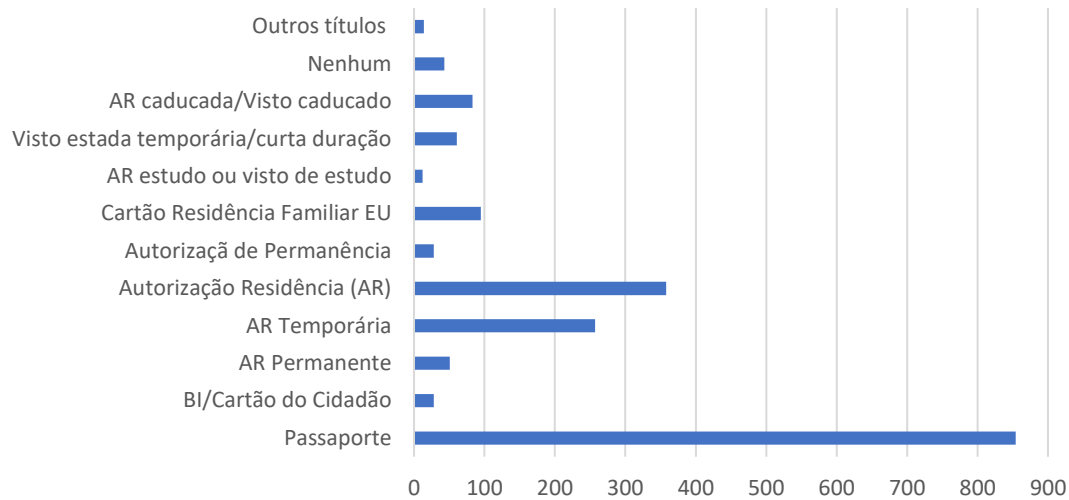


Figura 19 – Tipificação da Situação Documental dos utilizadores dos CLAIM do concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

Nota: “Outros títulos” inclui: Autorização de Permanência, Título de Refugiado, Cartão Azul, Visto de Residência.

O documento passaporte foi aquele que a maioria dos utilizadores dos CLAIM apresentou no atendimento nesta instituição, pois dos 1925 registos totais de atendimentos realizados, 854 pessoas apresentaram passaporte. Isto pode indicar, em certa medida, que estes utilizadores, que representaram 44,3% do total, não possuíam na altura documentos atribuídos por instituições portuguesas. Isto parece ligar-se ao que demonstrou o Quadro 8 com os principais assuntos tratados nos CLAIM, designadamente o facto de grande parte da procura se relacionar com AR, incluindo pedidos, especialmente nos CLAIM de Vila Franca de Xira e Arcena, os dois com maior número de registos de atendimentos realizados.

A seguir ao passaporte, a Autorização de Residência (AR) foi o documento mais apresentado pelos utilizadores, incluindo-se também as suas variantes AR Temporária e AR Permanente. Este documento foi seguido pelo “Cartão de Residência Familiar UE”. Como se verá mais adiante, os CLAIM do concelho de Vila Franca de Xira registaram atendimentos a cidadãos europeus provenientes de países como Espanha, Itália, Alemanha, França, Bulgária, Roménia, entre outros.

Salienta-se que a AR/Visto caducado foi a quarta tipificação documental que mais se destacou no conjunto. Esses resultados também foram analisados para cada CLAIM de forma individualizada; contudo, os resultados repetiram, em larga medida, o padrão

apresentado para o conjunto, sobretudo os CLAIM de Vila Franca de Xira e de Arcena, dado o maior número de número de atendimentos realizados. Embora o padrão geral também tenha sido observado para o CLAIM de Póvoa de Santa Iria, este último, devido também ao baixo número de atendimentos globais que regista, apresentou menos diversidade das tipificações da situação legal dos seus utilizadores. Contudo, os que utilizaram também apresentaram mais os documentos passaporte e AR Temporária.

Além do mais, apesar da constatação do mesmo padrão nos CLAIM, destaca-se a particularidade do CLAIM de Póvoa de Santa Iria não ter registado utilizadores com AR/visto caducado, e do CLAIM Vialonga ter sido aquele com maior representação de utilizadores com AR/visto caducado - 6,3%, face ao total de atendimentos realizados neste CLAIM. A seguir destacou-se o CLAIM de Vila Franca de Xira, com 5,2%, e o CLAIM de Arcena com 3,3% do total de seus utilizadores.

Considerando as informações apresentadas até aqui, importa conhecer as principais nacionalidades dos indivíduos que procuraram aqueles centros locais de apoio. Quando se analisam na globalidade os países de proveniência dos indivíduos que procuraram os quatro CLAIM, entre 2016-2019, verifica-se que o Brasil (796 registos) e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com destaque para a Guiné-Bissau (317 registos), Cabo Verde (300 registos) e Angola (255 registos), são aqueles que mais se destacam, estando em conformidade com a maior representação de cidadãos destes países no concelho de Vila Franca de Xira, como constatado antes (Figura 20). Contudo, ao analisar os países de proveniência por cada CLAIM de modo individualizado notam-se diferenças importantes que se destacarão de seguida.

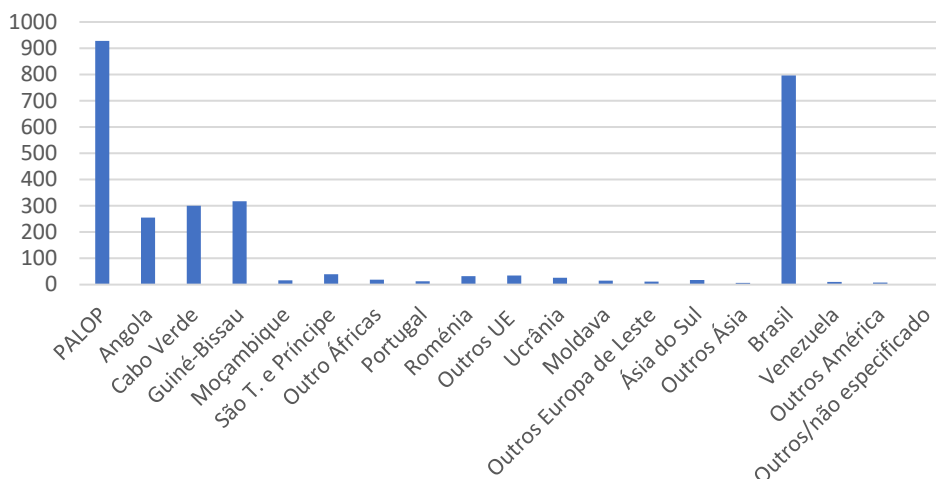


Figura 20 – Principais países de proveniência dos utilizadores dos CLAIM do concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

Antes de apresentar esta informação para cada CLAIM importa destacar que houve uma grande diversidade de países de proveniência dos indivíduos que os utilizaram nos quatro anos em análise, o que indica também a grande diversidade de povos e culturas presentes em Vila Franca de Xira, partindo do princípio de que a larga maioria dos utilizadores dos CLAIM são residentes no concelho.

Ao observar os países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Vialonga vê-se que o destaque entre os países cabe a Cabo Verde, com 70 registos, representando 53% do total, havendo uma grande disparidade face aos demais países, considerando que o segundo país com maior proveniência foi Angola, com 18 registos, aproximadamente 13,5%, entre 2016 e 2019. Embora o Brasil tenha maior expressividade na globalidade dos resultados para os quatro CLAIM, no de Vialonga aparece na terceira posição com 14 registos (10,5%), enquanto a Guiné-Bissau, que nos resultados globais entre os PALOP foi aquele com maior destaque, apareceu com 10 registos (7,5%). (Figura 21).

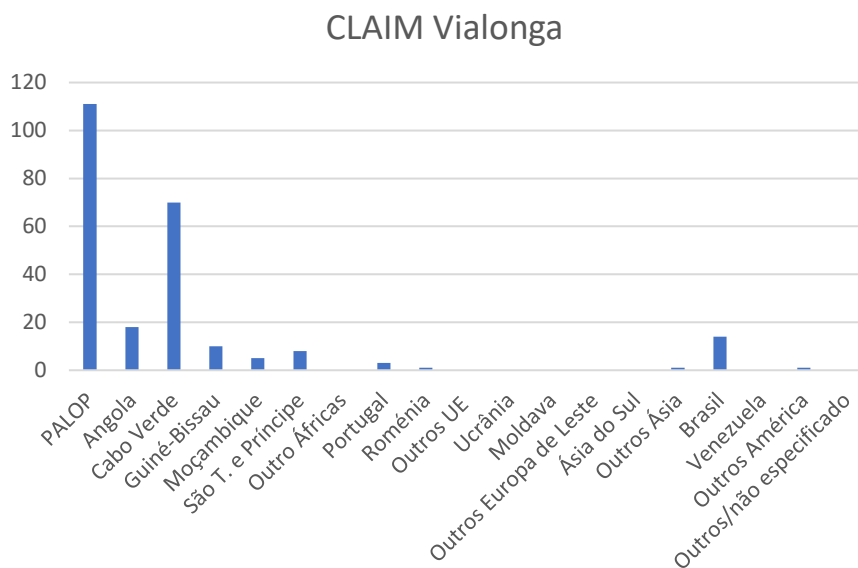


Figura 21 – Principais países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Vialonga, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

O CLAIM de Vila Franca de Xira foi aquele que mostrou maior diversidade de países de proveniência entre os quatro analisados, não apresentando registo apenas para o grupo “Outros Ásia”. Neste CLAIM, que também entre os quatro foi aquele com maior número total de atendimentos realizados entre 2016-2019, o país de destaque é o Brasil, com 576 registos, representando aproximadamente 65% dos atendimentos realizados (Figura 22).

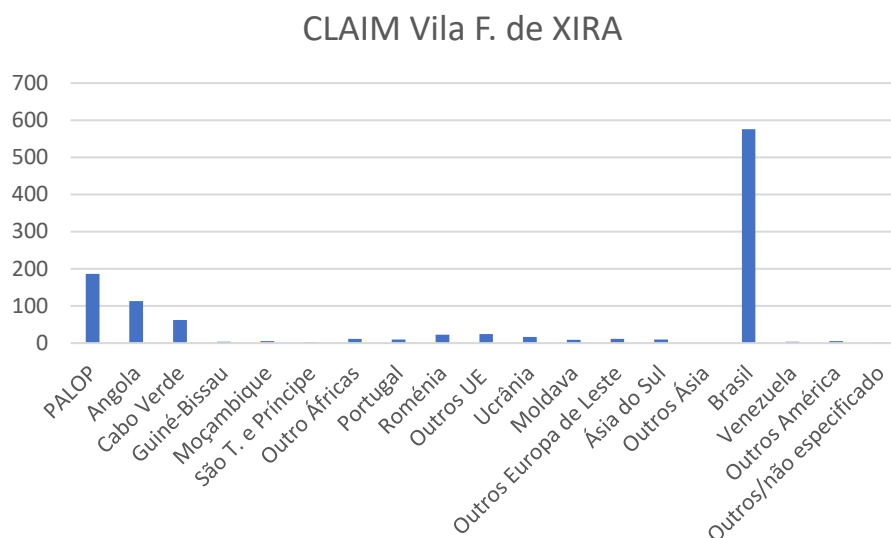


Figura 22 – Principais países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

Ainda no CLAIM Vila Franca de Xira, entre os PALOP destacaram-se Angola com 113 registos e Cabo Verde com 62 registos, representando aproximadamente 18% e 7%, respetivamente. Embora os números registados não tenham sido elevados face aos registos do Brasil e países africanos acima mencionados, chama-se a atenção para a expressividade de alguns grupos de países registados no CLAIM Vila Franca de Xira face aos restantes, designadamente: a Roménia (23 registos), Outros UE (24 registos), Ucrânia (17 registos), Outros Europa de Leste (11 registos), Ásia do Sul (10 registos), Moldávia (9 registos) e Outros América (5 registos).

À semelhança do CLAIM de Vila Franca de Xira, no CLAIM de Póvoa de Santa Iria o Brasil também foi o país de proveniência mais frequente entre os utilizadores, com 17 registos (24%). Contudo, entre os PALOP, destacam-se Cabo Verde (15 registos), São Tomé e Príncipe (9 registos) e Guiné-Bissau (8 registos). Moçambique é o PALOP com menor expressividade entre os países de proveniência dos utilizadores dos CLAIM do concelho de Vila Franca de Xira, reproduzindo a realidade média observada às escalas metropolitana e mesmo nacional. (Figura 23).

CLAIM Póvoa de St^a Iria

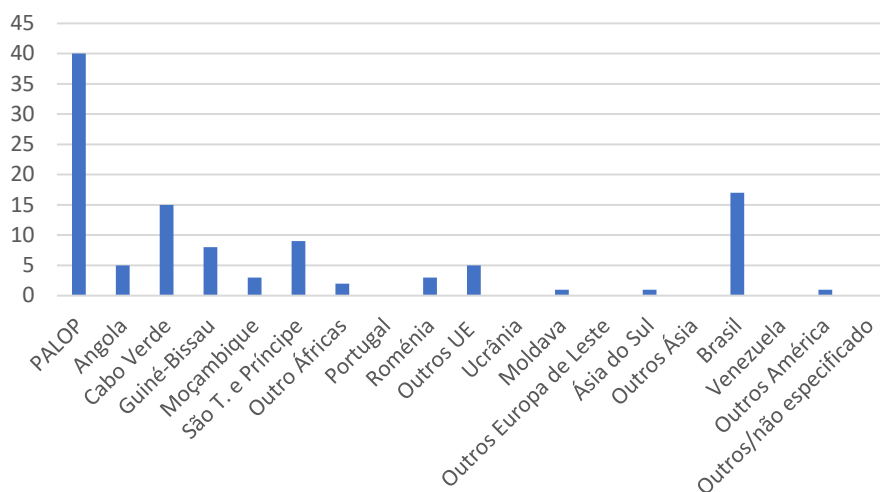


Figura 23 – Principais países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Póvoa de Santa Iria, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

No CLAIM Arcena, que regista o segundo maior número de atendimentos realizados entre 2016 e 2019, à semelhança do CLAIM de Vialonga, é um dos PALOP que se destaca como aquele de proveniência do maior número de utilizadores nos anos mencionados. (Figura 24).

CLAIM Arcena

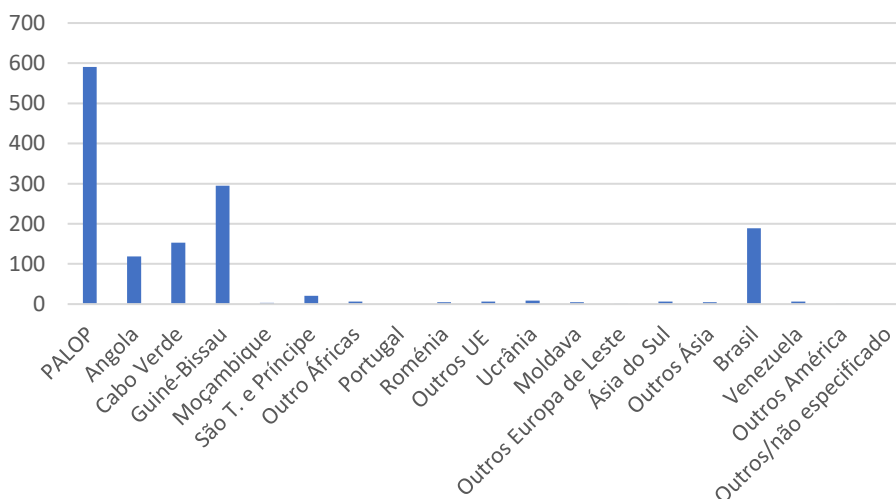


Figura 24 – Principais países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Arcena, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM.

O país africano de destaque no CLAIM Arcena é a Guiné-Bissau com 295 registos, correspondendo a 35,4% dos atendimentos registados, seguido do Brasil com 189 registos, representando aproximadamente 22,5%. E, voltando para os PALOP, destacam-se ainda Cabo Verde com 153 registos e Angola com 119 registos, representando 18% e 14% do total, respetivamente.

Sendo os CLAIM de Vila Franca de Xira e de Arcena aqueles com maior número de atendimentos realizados entre 2016 e 2019, são evidentes as suas influências nos resultados globais, com destaque para o Brasil, que representa na globalidade 41% dos registos como país de origem dos utilizadores dos CLAIM (sendo particularmente expressivo o seu número no CLAIM de Vila Franca de Xira), e a Guiné-Bissau, com 16,4% dos registos totais como país de origem dos utilizadores, mas destacando-se no CLAIM de Arcena, como já demonstrado.

Analisando os relatórios de atendimento dos CLAIM, um elemento que não fica evidenciado e que foi contemplado/sugerido no *focus group* é o trabalho articulado dos CLAIM com outras instituições, especialmente as escolas. Foi mencionado o papel fundamental que pode ter o CLAIM no apoio à inserção/inscrição de estudantes imigrantes nos agrupamentos de escolas do concelho, dada a dificuldade que os pais podem ter em virtude da recusa de algumas escolas na aceitação de alunos imigrantes.

Habitação

A habitação tem sido um dos pilares mais fracos do Estado social português, apesar de ser um eixo basilar da vida de qualquer cidadão. Desde a conquista da Democracia em 1974, as políticas de habitação limitaram-se ora a fomentar o funcionamento do mercado livre de habitação, estimulando (com incentivos financeiros e fiscais) a aquisição de casa própria através do crédito à habitação (a partir da década de 1980, quando o setor bancário foi liberalizado), ora a promover a construção de bairros de habitação social destinados a realojar as pessoas que viviam em barracas e outras habitações precárias, sobretudo depois de 1993, com o Programa Especial de Realojamento (PER), embora antes já tivessem havido outros programas na AML.

O mercado de arrendamento, por sua vez, permaneceu durante todo este tempo com uma estrutura dual, caracterizada por uma volumosa bolsa de fogos cujos contratos de arrendamento eram antigos, e que foram sendo sucessivamente limitados por leis de proteção à subida dos preços (congelamento das rendas) para salvaguardar o direito à

habitação dos inquilinos, e por uma crescente liberalização dos regimes de arrendamento urbano para as restantes habitações, o que fomentou a especulação imobiliária e manteve o *stock* de habitações disponíveis insuficiente face à procura.

Estes fatores fizeram com que uma boa parte dos fluxos de imigrantes que vivem na AML estejam concentrados em: 1) periferias suburbanas na margem norte e sul do Tejo, devido aos preços das casas serem tendencialmente mais baixos do que na capital; 2) bairros de habitação social; 3) zonas históricas da cidade de Lisboa (alguns dos que chegaram há mais tempo e certos grupos que chegaram mais recentemente, como os chineses e os bangladeshianos, vivendo em situações de subarrendamento).

Apesar da evolução das condições habitacionais na AML nas últimas décadas ter sido positiva, ainda subsistem áreas no tecido metropolitano com taxas relevantes de alojamentos precários. Por exemplo, em 2011, a percentagem de alojamentos na AML com algum tipo de precariedade (sem água potável, sem sanita, sem esgotos e sem chuveiro) não superava os 4% do total de alojamentos. Apesar do seu valor diminuto, a maioria destes alojamentos era ocupada por população estrangeira.

Num estudo efectuado por Silva *et al.* (2019), concluiu-se que os nacionais dos PALOP são os que ocupam a maioria dos alojamentos precários nas freguesias da AML. A sua associação é bastante forte nas freguesias da Caparica e Costa da Caparica (Almada), Apelação (Loures) e Afonsoeiro (Montijo). Embora com menor expressão, existem também áreas onde a população do Leste Europeu e a população brasileira destacam-se entre aquelas que residem em alojamentos precários, sendo exemplo os brasileiros a residir na Castanheira do Ribatejo (antiga freguesia autónoma de Vila Franca de Xira).

No geral, houve uma evolução positiva significativa das condições de habitação em toda a AML, o que resultou em melhorias na situação de todos os cidadãos independentemente da nacionalidade; no entanto, a população dos PALOP, Brasil e do Leste Europeu apresenta maiores dificuldades, quando comparada com outros grupos, como por exemplo os nacionais da União Europeia-15. Destaca-se ainda a particularidade das áreas periféricas de Lisboa, com grande concentração da população imigrante, ainda apresentarem valores mais expressivos de alojamentos precários em comparação com as demais.

Considerando os dados dos censos de 2011, à freguesia, é possível verificar que a maioria dos residentes tem alojamento próprio, com todas as freguesias a terem percentagens acima dos 67%. O mercado de arrendamento é, assim, de menor expressão, havendo pouca oferta, o que colocará entraves aos residentes nacionais

e, sobretudo, estrangeiros, que terão mais dificuldades em arrendar alojamentos, fruto de maiores dificuldades económicas, menor poder de compra e dificuldades acrescidas no acesso ao crédito à habitação como alternativa ao arrendamento. (Figura 25).

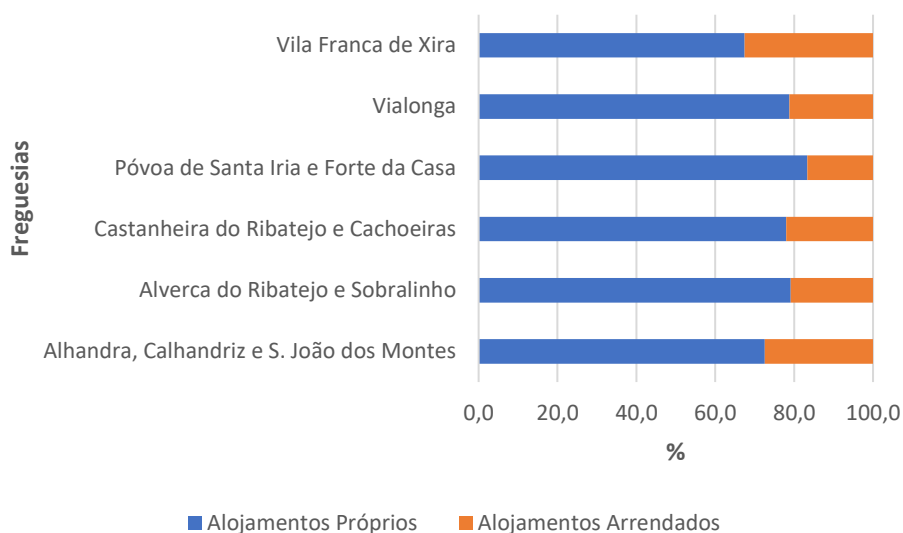


Figura 25 – Percentagem de alojamentos próprios e arrendados, por freguesia, em 2011

Fonte: INE, 2011

O acesso à habitação e às condições de habitabilidade foram mencionadas no *focus group* como um dos grandes problemas enfrentados pelos imigrantes no concelho de Vila Franca de Xira. Além do mais, os atores chave mencionaram que cada grupo de imigrantes tem necessidades e formas de organização específicas, sendo apontado como um dos problemas a partilha de casas por vários membros de uma mesma comunidade, o que dificulta apontar uma única sugestão para a resolução do problema. EM vez disso, deve procurar conhecer-se as necessidades específicas para se chegar a respostas que considerem essas especificidades.

Educação e língua

Entre 2016 e 2019 houve um aumento, em todos os níveis de ensino, dos alunos com naturalidade estrangeira. Em 2016, havia 38 alunos de naturalidade estrangeira no nível de ensino pré-escolar, valor que cresceu para 151 alunos em 2019; já no 1º CEB observou-se um aumento de 151 alunos para 405, no 2º CEB de 98 para 203, no 3º CEB de 225 para 324 e no Ensino Secundário de 92 para 156 alunos.

Quadro 11 – Alunos com naturalidade estrangeira, por agrupamento e por nível de ensino, 2016-2019

Agrupamento	Pré-escolar		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Secundário	
	2016	2019	2016	2019	2016	2019	2016	2019	2016	2019
Agrupamento de Escolas Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes	5.3	7.3	2.6	11.1	13.3	7.4	6.2	11.7	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas Alves Redol	5.3	13.2	3.3	9.6	4.1	6.9	7.1	7.1	9.7	13.5
Agrupamento de Escolas Bom Sucesso	5.3	15.2	11.3	11.4	11.2	15.3	9.8	19.1	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde	5.3	11.9	6.0	6.7	10.2	11.3	10.2	9.0	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas Forte da Casa	0.0	0.0	21.9	10.1	23.5	16.3	14.7	16.0	31.0	40.1
Agrupamento de Escolas Póvoa de Santa Iria	10.5	6.6	8.6	11.6	8.2	10.8	8.4	9.0	4.5	4.1
Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães	39.5	18.5	21.9	15.6	9.2	12.8	16.4	7.4	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos	2.6	5.3	2.6	5.2	3.1	3.0	5.3	5.6	7.7	9.5
Agrupamento de Escolas Vialonga	26.3	21.9	21.9	18.8	17.3	16.3	21.8	15.1	6.5	3.2
Escola Secundária Gago Coutinho	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	40.6	29.7
Total Absoluto	38	151	151	405	98	203	225	324	92	156

Fonte: Informações cedidas pelos Agrupamentos de escolas.

Em 2016, a maioria dos alunos do pré-escolar estava concentrada em dois agrupamentos, nomeadamente no Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães (39,5%) e no Agrupamento de Escolas Vialonga (26,3%), com os restantes agrupamentos a registarem valores próximos dos 5% e no caso do Agrupamento de Escolas Póvoa de Santa Iria, de 10%. Entre 2016 e 2019, esta lógica de polarização alterou-se, sobretudo no Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães, que além de ter perdido alunos neste nível de ensino, viu a sua percentagem do total decrescer para 18,5%. O agrupamento com maior número de alunos com naturalidade estrangeira no pré-escolar, em 2019, foi o Agrupamento de Escolas Vialonga (21,9%). Por outro lado, a maioria dos agrupamentos teve um incremento, em termos absolutos e percentuais, do mesmo grupo de alunos, com os Agrupamentos de Escolas Alves Redol, Bom Sucesso e D. António de Ataíde a duplicarem a sua percentagem. (Quadro 11).

Considerando o 1º CEB, em 2016, a maioria dos alunos estava concentrada em 4 agrupamentos, nomeadamente Forte da Casa, Pedro Jacques de Magalhães, Vialonga (todos com 22%) e Bom Sucesso (11,3%). Em 2019, apesar de também haver uma distribuição mais equilibrada dos alunos pelos diferentes agrupamentos, esta não foi tão acentuada como no caso do ensino pré-escolar. O agrupamento de Escolas Vialonga continua a ter a maior percentagem de alunos (18,8%) seguido do Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães (15,6%). Os restantes agrupamentos têm percentagens em volta dos 10%, diferenciando-se apenas o Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde (6,7%) e o Agrupamento Professor Reynaldo dos Santos (5,2%).

O 2º e 3º CEB têm evoluções bastante semelhantes, visto que em 2016, a maioria dos seus alunos estava nos agrupamentos Forte da Casa, Vialonga e também, no caso do 2º CEB, em Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes, e no caso do 3º CEB no de Pedro Jacques de Magalhães. Em 2019, e no caso do 2º CEB, dois terços dos alunos estavam inscritos nos agrupamentos de Forte da Casa, Bom Sucesso, Vialonga e Pedro Jacques de Magalhães. O agrupamento de Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes, apesar do aumento do número de alunos, perdeu quase metade do seu peso no total de alunos do 2º CEB. As percentagens de alunos nos restantes agrupamentos não se alteraram de sobremaneira, contrariando um pouco as tendências registadas no pré-escolar e 1º CEB. No caso do 3º CEB, e em 2019, ocorreram tendências díspares, em que, por exemplo, a percentagem de alunos em Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes aumentou para quase 12%, no Bom Sucesso cresceu para quase 20% e nos agrupamentos de Pedro Jacques de Magalhães e Vialonga decresceu significativamente.

Relativamente ao Ensino Secundário, em 2016, mais de 80% dos alunos estavam inscritos na Escola Secundária de Gago Coutinho (40,6%) e nos agrupamentos de Forte de Casa (31%) e Alves Redol (9,7%). Em 2019, a situação não se alterou, continuando os 3 agrupamentos a terem mais de 83% dos alunos de Ensino Secundário. A única diferença ocorreu no AE Gago Coutinho que, em absoluto, teve um reduzido crescimento de alunos, ao contrário de Forte da Casa, que passou a ser o agrupamento com maior número de alunos no ensino secundário.

Logicamente, a localização dos alunos com naturalidade estrangeira está relacionada com o local de residência da população estrangeira em geral. Como se pode ver na Figura 26, os agrupamentos (escola-sede) com maiores percentagens de alunos estrangeiros nos diferentes níveis de ensino localizam-se nas freguesias com maior

número absoluto de estrangeiros. Na freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, onde se situam as escolas-sede de Pedro Jacques de Magalhães e do Bom Sucesso, e na freguesia de Vialonga, onde se situam os agrupamentos de Vialonga e Forte da Casa.

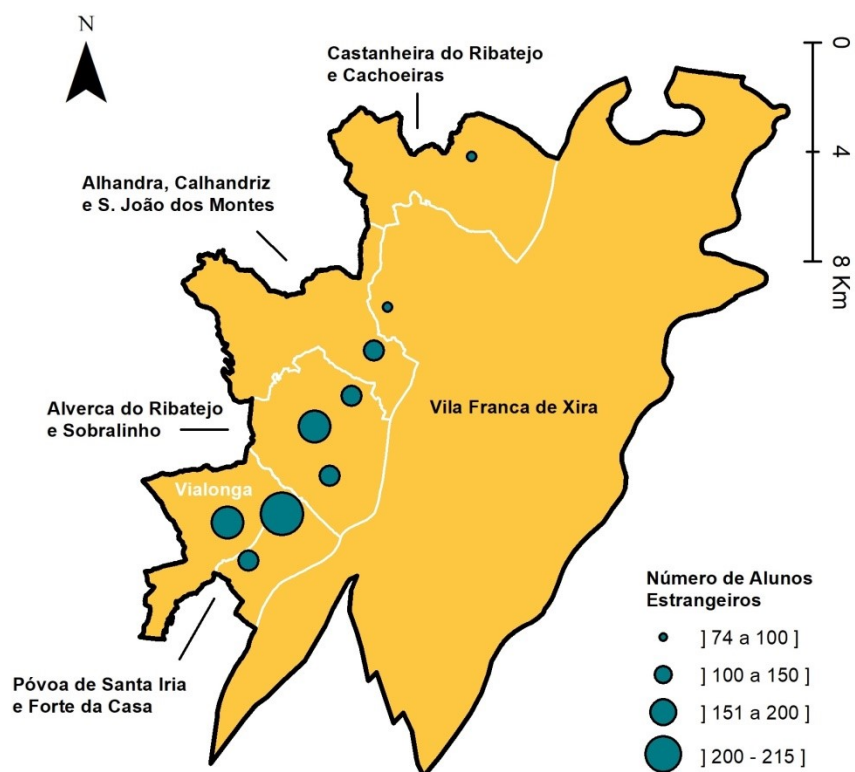


Figura 26 – Total de população estrangeira por freguesia (2011) e sedes dos agrupamentos escolares

Fonte: INE, 2011; CMVFX, 2020

Relativamente às crianças e jovens descendentes de imigrantes e aos próprios imigrantes, com destaque para os oriundos dos PALOP, o abandono escolar precoce é um dos maiores problemas verificados, como referido em diversos estudos. A desestruturação familiar em muitos casos, a vulnerabilidade social e económica de muitas famílias, a fraca escolarização dos pais, e a desmotivação dos alunos são as principais razões apontadas para a desistência dos estudos.

Adicionalmente, os alunos estrangeiros apresentam diferenças face aos nacionais nas taxas de aprovação no ensino básico e no ensino secundário. E esta situação de sobre-representação do insucesso entre os alunos imigrantes e descendentes no ensino secundário agravou-se em desfavor destes últimos, entre os anos letivos de 2011/12 e 2016/17. Refira-se que são os alunos com nacionalidades cabo-verdiana, guineense, angolana e brasileira que registaram piores desempenhos escolares neste

nível de ensino, posicionando-se abaixo dos resultados do grupo maioritário (Cândido e Seabra, 2019). Na entrevista realizada ao Agrupamento de Escolas de Vialonga é identificado que “a língua é um dos fatores com maior peso no insucesso educativo.” O Agrupamento de Escolas Arcena e Bom Sucesso identifica alguns projetos que podem contribuir para um melhor sucesso dos alunos oriundos de países terceiros: **Projeto Mo(vi)mento Jovem** - Mentoria entre pares – promoção de encontros para partilha de experiências, atividades de quebra gelo (nomeadamente com recurso ao desporto); Apoio de **Português Língua Não Materna** para os alunos imigrantes desenvolvido em pequenos grupos por professores com formação específica e **SOS Inglês e SOS Francês** - alunos do 3º Ciclo provenientes de países/estados do Brasil em que aquelas línguas não constam do respetivo currículo escolar.

Um dos temas fortemente debatido e apontado pelos participantes do *focus group* foi a burocratização para obtenção de equivalências escolares em todos os níveis de ensino e profissionais, enfrentada pelos imigrantes em Portugal. Apesar de não ter sido apontada nenhuma medida em concreto, foi ressaltado nos grupos individuais e, posteriormente, no debate coletivo a relevância de refletir sobre como se pode avançar para uma desburocratização destes processos. Foi ainda referida a necessidade de clarificação dos processos de reconhecimento de habilitações.

Português para Todos

A aprendizagem da língua portuguesa é um dos eixos que mais críticas tem suscitado pela inexistência/falta de vagas para as aulas de português para estrangeiros, o que tem como consequência não existir um sistema de aprendizagem da língua que responda às necessidades da população imigrante. Esta prioridade tem consequências ao nível do processo de integração dos cidadãos estrangeiros, de que são um bom exemplo as possibilidades de acesso ao emprego, beneficiárias do usufruto de serviços públicos e da interação social com a população autóctone. No debate do *focus group* foi apontado outro benefício advindo do acesso mais alargado da aprendizagem da língua portuguesa e que, por sua vez, está associado a uma das motivações para participar no *Português para Todos* que é a facilitação para obtenção de nacionalidade. Tendo em vista a exigência das autoridades portuguesas no processo de pedido de nacionalidade de uma formação reconhecida em língua portuguesa ou da realização de um teste de português para os imigrantes não provenientes de países onde o português é língua oficial, a frequência de cursos que

têm como foco o ensino da língua portuguesa torna-se muito atrativa para esta população.

No concelho de Vila Franca de Xira, conforme os dados do Centro de Emprego e Formação Profissional, o número de ações desenvolvidas no âmbito do “Português para Todos” é diminuto (Quadro 12).

Quadro 12 – Número de ações de formação no programa Português para Todos, 2016-2019

Ano	N.º ações de formação	Formandos
2016	0	0
2017	1	30
2018	2	59
2019	1	27

Fonte: C. Empr. Form. Profis. Vila Franca de Xira

O debate no *focus group* chamou a atenção para a relevância de aumentar/implementar a divulgação sobre a existência de cursos de formação voltados para a população imigrante, sendo ressaltado pelos participantes que ainda há barreiras que precisam ser ultrapassadas no que respeita ao conhecimento da oferta de formação existente.

Saúde, solidariedade e resposta social

O avanço do processo de globalização foi acompanhado em certa medida pela flexibilização das fronteiras, não só à circulação de capital, mas também de pessoas, embora as lógicas securitárias e a ascensão de nacionalismos tenham resultado em controlos mais rígidos de imigração. Contudo, apesar das “fronteiras” serem bem visíveis para muitos grupos de imigrantes, no final de 2019 havia no mundo 272 milhões de migrantes internacionais, mais de 122 milhões de pessoas do que no ano 2000, correspondendo a 3,5% da população global (IOM, 2020).

A circulação de pessoas no mundo reflete-se, entre outros fatores, numa maior dispersão geográfica de doenças, a exemplo da atual pandemia da COVID-19. Tendo a doença sendo identificada em dezembro de 2019 em Wuhan na China, a 15 de maio

de 2020 já havia sido detetada em 181 dos 193 países do mundo, atingindo àquela data 4 milhões de pessoas e cerca de 302 mil mortes (Nexo, 2020)⁹.

Embora no caso específico da pandemia da COVID-19 a população com alto risco de mortalidade seja aquela que reúne comorbidades (diabetes, hipertensão, obesidade, enfermidades ligadas ao aparelho respiratório), não sendo o estatuto de imigrante *per si* um risco, as condições de vida em que se encontram no destino podem ser um fator relevante na prevalência do contágio, desta e de outras enfermidades infetocontagiosas, condicionando ainda a capacidade de resposta em várias dimensões em contexto de crise sanitária que exige como prevenção o isolamento social.

Como se viu, Portugal conta com uma população imigrante heterogénea composta por diversas comunidades e com temporalidades de chegada distintas (Malheiros e Esteves, 2013). O primeiro intenso fluxo migratório remonta à década de 1970 com a entrada de populações advindas dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em especial, Cabo Verde, na sequência do processo de descolonização (Malheiros, 2002; Silva *et al.*, 2019). Nas duas décadas seguintes há uma consolidação da imigração africana, destacando-se nos anos 1990 os fluxos migratórios provenientes do Brasil e países da Europa de Leste e, mais recentemente, vindos da China e Sul da Ásia (Malheiros e Esteves, 2013). Sendo a imigração nos últimos trinta anos em Portugal bastante diversificada quanto ao tipo, intensidade, grupos e género (Malheiros e Vala, 2010; Peixoto *et al.*, 2017).

A combinação do contexto sociocultural e do perfil epidemiológico trazidos das origens pelos imigrantes e o confronto com um novo contexto socioeconómico, cultural e geográfico no destino, podem provocar situações de vulnerabilidade (Carballo, Divino e Zeric, 1998), aumentando a exposição a fatores de risco para a saúde e alterando também o padrão da mortalidade (Zimmerman, Kiss e Hossain, 2011; Gushulak e Macpherson, 2006).

Além disto, a aculturação (processo pelo qual os imigrantes adotam práticas nem sempre mais saudáveis que as da origem - Hosper, *et al.* 2007; Jayaweera e Quigley, 2010 -, aproximando-se dos padrões de saúde da população do país de acolhimento - Harding, 2003; Wallace *et al.*, 2019), as barreiras no acesso aos cuidados de saúde (Fonseca, *at al.*, 2007; Dias *et al.*, 2008; Padilha, 2013) e experiências de pobreza, sobretudo, entre os imigrantes laborais (Bhopal *et al.*, 2002), impactam e alteram os padrões de saúde e mortalidade. Diversos trabalhos têm evidenciado que com o

⁹ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/15/Quais-os-12-pa%C3%ADses-do-mundo-sem-registros-da-covid-19>. Acesso: 17 de maio de 2020.

decorrer do tempo no país de destino há a tendência de perda dos níveis de saúde da população imigrante, resultando também em piores resultados de mortalidade (Riosmena *et al.*, 2015).

Contudo, embora sem unanimidade (Ruiz-Ramos e S. Juarez, 2013), é robusta a literatura que aponta para as vantagens dos imigrantes em diferentes contextos geográficos (Sharma *et al.*, 1990), mesmo nos casos em que estes são provenientes de países com indicadores de mortalidade mais elevados que os do destino (Fanzini *et al.*, 2001). A fundamentação baseia-se no conceito de Healthy Immigrant Effect (HIE) que sugere que indivíduos que migram têm melhor estado de saúde e mais capacidade física e financeira dentro do seu grupo (Kennedy *et al.*, 2014; Jasso *et al.*, 2004) - exceto refugiados e requerentes de asilo (Akresh e Frank, 2008) -, e que os imigrantes com pouca saúde tendem a retornar à origem pelo desejo cultural de morrer no local de nascimento, restando os imigrantes mais saudáveis no país de acolhimento.

O que parece unânime na literatura é que o lugar de realização da vida e do trabalho está diretamente relacionado com as condições de saúde da população imigrante, bem como o acesso a um conjunto de serviços sociais fundamentais, do qual a saúde é um exemplo. Neste sentido, é crucial compreender aquelas que são as principais barreiras ao acesso à saúde por parte da população imigrante, sendo esta também uma condição fundamental à preservação dos níveis de saúde, a fim de maximizar as suas contribuições sociais, culturais e económicas e garantir um envelhecimento saudável dos imigrantes no novo contexto geográfico.

Além disso, importa saber que há uma relação inversa entre privação material e procura e utilização de cuidados de saúde em todos os níveis de cuidado, o que reforça a importância de um acompanhamento médico mais próximo da população imigrante em condições de vulnerabilidade socioeconómica. Somado a isto, estudos têm sugerido a associação entre áreas de alta privação material e maior risco de prevalência de doenças isquémicas do coração, doenças respiratórias, cancro de pulmão, mortes prematuras e evitáveis (Hoffmann *et al.*, 2014), doenças infecciosas e parasitárias, doenças crónicas do fígado e Diabete Mellitus (Santana *et al.*, 2014; Santana *et al.*, 2015a), suicídio (Costa *et al.*, 2015) e pior saúde mental (Loureiro *et al.*, 2019).

Além do mais, as áreas socioeconómicas desfavorecidas têm maior probabilidade de amplificar as condições de privação material por meio de vários mecanismos interconectados, de que são exemplo as áreas fortemente expostas à poluição, com

défice de espaços públicos, espaços verdes e habitação de baixa qualidade (*Tonne et al.*, 2008; Apparicio, 2012; Williams e Collins, 2001). Tudo isto vai frequentemente traduzir-se em vulnerabilidades cumulativas (*Macintyre et al.*, 2008), às quais vários grupos da população imigrante estão fortemente expostos. Torna-se, pois, fundamental contribuir para amplificar o conhecimento da rede de cuidados em Portugal, e o seu funcionamento, junto da população imigrante.

Os cuidados de saúde primários de Vila Franca de Xira integram o Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo (Aces Estuário do Tejo) e abrange também os concelhos de Benavente, Azambuja, Arruda dos Vinhos e Alenquer (SNS, 2020)¹⁰. Segundo o Portal “Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (2020)”¹¹, Vila Franca de Xira conta com dois centros de saúde (CS), três Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e nove Unidades de Saúde da Família (USF) e uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC). Além destes, o ACES Estuário do Tejo conta com uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) e uma Unidade de Saúde Pública (USP)¹², abrangendo os cinco concelhos.

Uma condição que pode auxiliar a utilização dos cuidados de saúde primários, e consequentemente garantir a monitorização da condição de saúde da população, é a atribuição de médicos de família à população inscrita nos CS, UCSP e USF. Ao analisar estes elementos, verifica-se que há uma profunda desigualdade no que tange ao acesso a médicos de família a depender do tipo de unidade funcional. Enquanto nas USFs, 99,99% dos utentes inscritos têm médico de família atribuído, verifica-se que não há correspondência entre os CS e UCSP (Figura 27).

¹⁰ Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/entidades-de-saude/agrupamento-de-centros-estuário-do-tejo/> Acesso: 02 de maio de 2020.

¹¹ Disponível em: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/3/30024/Pages/default.aspx> Acesso 02 de maio de 2020.

¹² Os agrupamentos de centros de saúde (ACES) são formados pelas seguintes unidades funcionais: Unidade de saúde familiar (USF), Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidades Cuidados na Comunidade (UCC), Unidade de saúde pública (USP) e Unidade de recursos assistenciais partilhados (URAP). Os ACES podem ter outras unidades ou serviços, propostos pela respetiva Administração Regional de Saúde, e aprovados por despacho do Ministro da Saúde, e que venham a ser considerados como necessários (Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro).

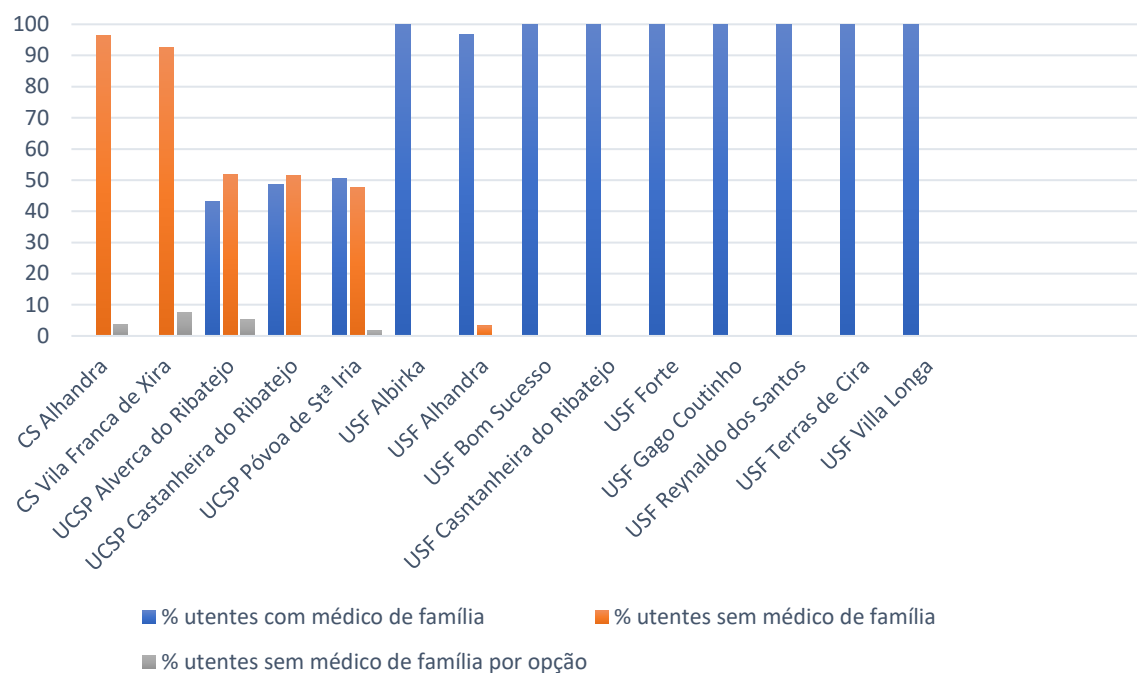


Figura 27 – Cobertura (%) de médicos de família por unidade funcionais do ACES Estuário do Tejo, 2020

Fonte: SNS, Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (2020).

Como pode observar-se, a realidade é bem diferenciada no caso dos outros dois tipos de unidades funcionais. Nas unidades UCSP, apenas a da Póvoa de Santa Iria tem ligeiramente mais utentes com médicos de família, sendo a situação crítica nos CS de Alhandra e de Vila Franca de Xira, ambos com mais de 90% dos utentes sem médico de família. As principais razões para a procura de cuidados de saúde são “situações de doença aguda e vigilâncias de gravidez e saúde infantil” (entrevista da ACES Estuário do Tejo).

A atribuição de médico de família à população imigrante, em particular, já tinha sido referida em entrevista e voltou a ser destacada no *focus group*, como um dos problemas enfrentados por esta população no âmbito da saúde. Foi sublinhado que, embora seja uma dificuldade para a população de uma maneira geral, facto este comprovado com os dados acima apresentados, os imigrantes sem documentos oficiais portugueses que comprovem a regularização da sua estadia em Portugal, têm uma dificuldade acrescida. Esta situação levou ao apontamento de que é necessário garantir que os imigrantes não regularizados desfrutam das mesmas condições que um cidadão autóctone para aceder aos serviços de saúde.

Com base na situação descrita, o grupo apontou a garantia do acesso a serviços de saúde primários nas respetivas áreas de residência, por parte da população imigrante em situação irregular, como uma medida fundamental. Este apontamento fica ainda mais reforçado quando há evidências que comprovam a relação entre a dimensão espacial e a saúde, verificando-se que a utilização dos diversos tipos de serviços de saúde (por exemplo, urgências ou consultas externas) varia inversamente com o aumento da distância e o tempo de viagem. Deste modo, garantir a proximidade no acesso pode ser crucial para uma população que cuide mais da sua saúde, especialmente se esta população estiver inserida num grupo de maior vulnerabilidade socioeconómica.

No que se refere aos Cuidados de Saúde Hospitalares, no concelho de Vila Franca de Xira há um Hospital com Serviço de Urgência Médico-cirúrgico (SUMC)¹³, que tem o mesmo nome do concelho e que integra a Rede Nacional de Urgência e Emergência¹⁴. Para além de todo o concelho de Vila Franca de Xira, estão sob a área de influência direta da urgência geral do Hospital de Vila Franca de Xira alguns concelhos fora da AML, a saber: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente e a cidade de Santarém (SNS– PCS, 2019).

Contudo, apesar de todo o concelho de Vila Franca de Xira estar sob a área de influência direta do novo Hospital, a maioria da população, cerca de 91.720 residentes (população à data de 2011), estava mais próxima em minutos do hospital Beatriz Ângelo, em Loures, enquanto 45.166 residentes estavam mais próximos em minutos do hospital de Vila Franca de Xira (análise de rede realizada pelos autores)¹⁵. Contudo, esta análise é limitada na medida em que não tem uma relação direta com as escolhas que os indivíduos fazem no terreno, embora seja importante ressaltar que a distância-tempo é um dos fatores que condiciona a escolha dos indivíduos na prática, no geral, optando pelo serviço mais próximo em distância-tempo.

Por outro lado, salienta-se que para a população mais próxima em minutos do hospital Beatriz Ângelo, o tempo de viagem máximo foi de 15 minutos e média de 12 minutos,

¹³ A Rede de Urgência em Portugal é composta por três níveis: e de menor complexidade (SUB-Serviço de Urgência Polivalente), complexidade média (SUMC – Serviço de Urgência Médico-cirúrgico) e alta complexidade (SUP – Serviço de Urgência Polivalente).

¹⁴ O Hospital Reynaldo dos Santos (antigo hospital de Vila Franca de Xira) sofreu uma deslocalização dentro do concelho. O antigo hospital esteve em funcionamento, pouco mais de seis décadas, na intersecção entre as ruas Dr. Luís César Rodrigues Pereira e a João de Deus, na área mais central de Vila Franca de Xira, passando seu funcionamento para a zona mais a norte do concelho em março de 2013.

¹⁵ Os dados de população e rede viária são de 2011. Mas a análise de rede já considerou a nova localização do hospital de Vila Franca de Xira. A análise de rede seguiu os critérios: utilização de automóvel motorizado e velocidade máxima das vias.

e para a população mais próxima do hospital de Vila Franca de Xira, 20,5 minutos máximo e média de aproximadamente 7 minutos. Com isto, reforça-se que independentemente da escolha dos residentes do concelho por um dos dois hospitais, o tempo de viagem não é elevado, havendo um bom acesso geográfico da população, incluindo a imigrante, aos serviços hospitalares no concelho.

No que respeita ao uso efetivo do serviço de saúde importa destacar que segundo a Constituição portuguesa todos os cidadãos têm direito à saúde, sendo este um direito fundamental na integração dos imigrantes. Com a publicação do Decreto-Lei nº 135/1999 de 22 de abril, ficou garantido que todos os imigrantes sem documentos regulares podem ser atendidos em qualquer unidade da rede do Serviço Nacional de Saúde, (SNS), mediante a apresentação de um comprovativo de residência emitido pela Junta de Freguesia da sua área de residência, atestando que residem em Portugal há mais de 90 dias.

Este passo de Portugal elevou o seu reconhecimento internacional, tendo sido considerado como um dos países com melhores condições de integração da população imigrante, sendo esta posição reforçada também pela aprovação neste país da regulamentação de direito de acesso a assistência medicamentosa pelo Despacho nº 25 360/2011 de 16 de novembro. Contudo, nem sempre são do conhecimento dos profissionais de saúde os avanços legislativos, gerando situações de deficiência ou recusa no atendimento e práticas de discriminação. Torna-se assim fundamental manter os profissionais de saúde informados e sensibilizados face àquelas que são as normas que avançam no sentido de promover a integração dos imigrantes, via setor da saúde, e a garantia dos seus direitos.

Avançando no sentido de garantir a utilização dos serviços prestados por instituições portuguesas, entre elas a saúde, o Serviço de Tradução Telefónica (STT) criado pelo Alto Comissariado para as Migrações, também tem como foco auxiliar a população imigrante a ultrapassar a barreira linguística no atendimento nos serviços de saúde, tão fundamental ao processo de integração e manutenção da saúde na sociedade de acolhimento.

No que respeita aos principais problemas de saúde que acometem a população imigrante, importa destacar que são diversas e específicas as vulnerabilidades a depender do grupo etário e sexo. Quanto ao grupo das mulheres, é conhecido que as mulheres em idade fértil são especialmente vulneráveis entre os imigrantes (Malheiros *et al.*, 2009). Além disto, aquelas provenientes de países em desenvolvimento, estão mais suscetíveis de iniciar mais cedo a vida reprodutiva. Deste modo, a gravidez

precoce associada à adaptação ao novo contexto sociogeográfico podem agravar situações de vulnerabilidade, potenciando o risco de nascimentos prematuros e recém-nascidos com baixo peso entre as mães imigrantes quando comparadas com as mães portuguesas (Santana *et al.*, 2015). Ligado a isto, por falta de experiência e por estarem em muitos casos sem os familiares no país de destino, as condições para o desenvolvimento de episódios de ansiedade e insegurança são potenciadas (Estrela, 2009).

Quanto ao grupo etário na faixa da adolescência, o convívio com um código societal diferente daquele que aprendeu enquanto criança pode desencadear enfermidades ligadas à psique, como atitude depressivas ou agressivas, ansiedade e perda de auto-estima. Quanto aos adultos, incluindo homens e mulheres, há a tendência da adoção de práticas menos saudáveis, como ingestão de álcool, sedentarismo, tabagismo, através do processo de aculturação, aproximando-se dos hábitos e costumes do país de acolhimento, nem sempre mais saudáveis (Riosmena *et al.* 2015).

Chama-se a atenção ainda para o grupo dos homens adultos de modo individualizado. Os homens imigrantes adultos foram identificados por Estrela (2009) como aqueles que desempenham atividades de alta periculosidade, sobretudo, na área da construção civil. Esta situação pode ser ainda mais agravada quando os imigrantes deste grupo estão em situação de indocumentados no país de destino, pois uma vez acidentados ficam impedidos de trabalhar e não estão cobertos pelas prestações sociais de apoio. Além disto, como este grupo detém apenas a sua força de trabalho para garantia do seu sustento, acumulando vulnerabilidades como situação documental irregular, frágeis vínculos laborais, frequentemente se escusa de procurar cuidados de saúde para medidas de saúde preventivas, pois significa objetivamente perda económica e, conseqüentemente, do lado da saúde, maior risco potencial de apresentar piores resultados em saúde.

Finalmente, embora abranja a população estrangeira que se dirige a Portugal especificamente por questões relacionadas à saúde, ressalta-se a importância dos Acordos de Cooperação no domínio da saúde entre Portugal e especialmente os PALOP¹⁶. São acordos que visam a garantia de assistência médica hospitalar, meios de diagnóstico e terapêutica e transporte entre hospitais e aeroporto para os cidadãos dos estados membros presentes no acordo.

¹⁶ Decreto nº 24/77, de 3 de março e Decreto nº 129/80 de 18 de novembro – Cabo Verde
Decreto nº 25/77, de 3 de março – São Tomé e Príncipe
Decreto nº35/84 de 12 de julho – Moçambique
Decreto nº39/84 de 18 de julho – Angola
Decreto nº 44/92 de 21 de outubro – Guiné-Bissau

Além do mais, ressalta-se que apesar de um quadro legal que é progressivo face aos direitos dos imigrantes no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, destacam-se ainda pela negativa algumas experiências que os imigrantes têm quando acedem a estes serviços. Esta situação foi realçada em entrevista pela Associação Finabrava Portugal ao afirmar que era solicitado ao imigrante o Número de Identificação da Segurança Social para a inscrição no SNS, excluindo dos cuidados de saúde uma parcela expressiva da população imigrante.

4.1.2. Prioridades Gerais

Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM)

- Articulação com as escolas para apoiar a inserção de alunos estrangeiros, evitando casos de discriminação, bem como auxiliar na mediação escola-família.
- Implementação de estratégias para difundir informação em várias línguas sobre a existência dos CLAIM, suas localizações e serviços prestados.
- Criação de materiais específicos (kit de acolhimento) com informações úteis para os imigrantes em diferentes línguas, com informações relativas à regularização, ao mercado de trabalho, aos direitos e funcionamento do Serviço Nacional de Saúde e à educação, tendo em vista que a informação é um caminho para a garantia da integração na sociedade de acolhimento.
- Criação de um serviço de mediação sociocultural, de modo a reforçar o pilar do CLAIM que assenta na promoção e apoio às atividades socioculturais com vista à prática e proteção da interculturalidade no município.
- Inserção nos relatórios de atendimentos CLAIM das atividades socioculturais desenvolvidas e apoiadas ao longo do ano.
- No âmbito de disseminação dos serviços prestados nos CLAIM, reforçar o pilar ligado ao apoio à constituição do tecido associativo, realçando a importância das populações estarem organizadas em associações, garantindo-lhes espaço de proatividade no desenvolvimento de atividades ligadas à apresentação e preservação dos seus valores culturais.

- Estudar uma eventual optimização dos CLAIM do município, sendo de considerar, após análise detalhada, a possível realocização (ou mesmo encerramento) do CLAIM da Póvoa de Santa Iria face ao baixo número de atendimentos registados.

Habitação

- Realização de um estudo sobre os problemas/dificuldades habitacionais em Vila Franca de Xira, que identifique as necessidades específicas dos vários segmentos da população residente, designadamente os diversos grupos de imigrantes, de modo a conhecer as suas necessidades específicas e a identificar as respostas mais ajustadas.
- Desenvolvimento, por parte da CMVFX, de uma estratégia para providenciar apoio jurídico à população estrangeira residente no município de modo a que esta tenha informação e consiga aceder aos diferentes programas de arrendamento, quer de âmbito nacional (por exemplo, 1º Direito) quer municipal. Estes programas permitem não só aceder a alojamentos com rendas menores do que as praticadas no mercado mas também aceder a fundos nacionais para a reabilitação urbana privada individual.
- Analisar todas as famílias com qualquer tipo de carência relativamente às condições de alojamento e à sua capacidade para proceder às reparações. Com base neste trabalho, poderão ocorrer candidaturas a fundos disponibilizados pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) para resolver os diversos problemas com diferentes soluções (subarrendamento, por exemplo, em que as autoridades locais arrendam alojamentos para os subarrendar a preços menores a famílias carenciadas)
- Considerar a atribuição de subsídios diretos temporários ao arrendamento a residentes com mais dificuldades em aceder ao mercado de arrendamento pelos seus preços elevados, permitindo assim não só um acesso mais fácil ao mercado, mas também uma maior liberdade de escolha.

- Dar continuidade ao esforço de reabilitação dos bairros sociais da responsabilidade das autoridades locais (cooperativa Promocasa).
- Criar mais oferta de habitação em concertação com os atores privados não só através da agilização dos processos burocráticos, mas também na isenção ou diminuição de determinadas taxas e impostos quando parte de futuros alojamentos, construídos por privados para o mercado, forem destinados a residentes com necessidade de um novo espaço de habitação.

Educação

- Debater e tentar implementar medidas de desburocratização do processo de reconhecimento de nível/habilitações escolares e profissionais.
- Disponibilizar folhetos informativos que clarifiquem o processo/preço do reconhecimento nível/habilitações escolares e profissionais.
- Aumentar/implementar formas de divulgação dos cursos de formação voltados para a população imigrante.
- No que respeita à questão do português, efetuar a renovação dos cursos do “Português para Todos”, abrindo vagas suficientes de acordo com a procura existente.
- Eventual abertura, com apoio da CMVFX, de cursos de português a serem implementados em determinadas freguesias, onde se identifique mais procura. Uma hipótese a considerar seria a organização de estágios profissionais inseridos nas Juntas de Freguesia para serem professores recém-formados a darem estas aulas. Dever-se-á igualmente privilegiar o desenvolvimento de parcerias com instituições que já têm aulas de português (e.g. associações, escolas).
- A disponibilização de tradutores em alguns serviços públicos municipais é uma questão que deve ser considerada, particularmente em serviços que podem ter um carácter de maior urgência e que não podem/devem ser reagendados para quando houver tradutores disponíveis, como é o caso flagrante dos centros de saúde e hospitais, mas também de algumas emergências sociais.
- Estudar – ou sistematizar - a informação relativa a situações de desvantagem escolar dos jovens estrangeiros ao nível municipal, com o

propósito de aferir a situação de Vila Franca de Xira e, face aos resultados detetados, eventualmente intensificar as estratégias de mitigação desta situação (em colaboração com as escolas e aproveitando e difundindo alguns dos programas já existentes).

- Equacionar a implementação de estratégias ao nível municipal e das freguesias que permitam o estabelecimento de mais pontos de contacto entre as associações sediadas/ que atuam no território e as escolas, criando-se mais núcleos de apoio ao estudo e à escolarização.
- Estimular o associativismo jovem, incentivando a permanência na escola dos imigrantes e dos descendentes de imigrantes através do reforço de competências e ocupações que se poderão transferir para o desempenho escolar.

Saúde

- Garantir acesso aos Centros de Saúde na área de residência do utente, não discriminando a população imigrante.
- Garantir aos imigrantes, independentemente da sua situação documental, condições de acesso a um médico de família idênticas às de um cidadão nacional.
- Maximizar a divulgação dos direitos dos imigrantes junto dos próprios, para que estes saibam do seu direito a ser atendidos, independentemente do estatuto legal, etnicidade, idioma, etc.
- Realizar ações de sensibilização (direitos/deveres, funcionamento dos serviços de saúde) e de promoção da saúde junto das comunidades migrantes, nomeadamente através das entidades presentes no terreno (associações de imigrantes, escolas, igrejas, “equipas de rua”, entre outras).
- Definir medidas de capacitação dos técnicos e profissionais de saúde e realização de um *Diagnóstico da Saúde e do Acesso à Saúde* dos imigrantes

residentes no concelho. Além da aplicação de um inquérito, seria relevante promover a discussão e reflexão dos técnicos de saúde e de atendimento em *focus groups*, que permitam perceber as causas efetivas para um acesso à saúde tão diferenciado entre os imigrantes (consoante a pessoa que atende e o centro de saúde em questão) e frequentemente considerado negativo. Seria também importante envolver elementos representantes do poder local (juntas de freguesia e CMVFX) e das associações locais no diagnóstico e *focus groups* a realizar nos estabelecimentos do SNS;

- Intensificar o envolvimento do poder local na promoção do esclarecimento sobre os direitos de acesso à saúde dos imigrantes em situação irregular, que pode começar logo por garantir que todas as juntas de freguesia facilitem o acesso dos imigrantes irregulares ao atestado de residência imprescindível para inscrição no SNS;
- Promover e/ou reforçar a mediação cultural nos serviços de saúde, desde serviços de tradução à promoção do diálogo intercultural entre utentes e profissionais de saúde e técnicos do atendimento.
- Promover uma lógica de intervenção de saúde comunitária, que articule as respostas de saúde entre as unidades funcionais do ACES Estuário do Tejo e as comunidades territoriais (bairros/ freguesias). Tal exigirá em muitos casos, uma maior disponibilidade dos serviços de saúde para um trabalho que não se encerra na dimensão clínica (tratamento). Isto implica uma alteração do paradigma dominante de intervenção na área de saúde, que frequentemente omite a dimensão social da saúde e bem-estar das pessoas e que assenta em lógicas de comunicação e intervenção tecnocráticas. Poderá traduzir-se na criação de um canal de comunicação entre os centros de saúde locais e as organizações do território (ONGs, associações de imigrantes, igrejas, escolas, etc).
- Reforçar o acompanhamento das mulheres imigrantes com vida reprodutiva iniciada precocemente. Desenvolver conjuntamente uma campanha de sensibilização com o tema gravidez na adolescência em parceria com o ACES e os Agrupamentos de Escolas.

- Desenvolver um estudo sobre as causas específicas de morte da população imigrante residente no concelho, de modo a conhecer e acompanhar de forma dinâmica o perfil epidemiológico (e as mudanças do mesmo), com vista à criação de políticas voltadas para as necessidades de saúde específicas para cada grupo, englobando estratégias antecipadas de prevenção e manutenção da saúde dos imigrantes, com reflexo no direito a um envelhecimento saudável.
- Como resultado da realização de alguns estudos e da introdução de melhorias na resposta geral dos serviços de saúde existentes no município, poderiam ser implementadas algumas estratégias complementares capazes de contribuir para melhorar o acesso da população em geral e dos imigrantes, em particular, aos serviços de saúde, de que são exemplo a expansão do horário de atendimento, a criação de equipas multidisciplinares nos serviços de saúde, a itinerância de alguns serviços, como vacinação/saúde infantil, ou a criação de programas de saúde ajustados às características e necessidades da população imigrante.

4.2. Eixo 2 – Integração e participação

4.2.1. Contextualização, debate e opções de políticas

O eixo acolhimento integra as dimensões relacionadas com mercado de trabalho, igualdade de género, racismo e cidadania.

Mercado de trabalho

A crise económica que teve início por volta de 2008 aumentou a condição de vulnerabilidade de uma parcela substancial da população residente no país, com indícios claros de um impacto mais agudo nos cidadãos estrangeiros, com consequências ao nível do desemprego, do empobrecimento e do agravamento das condições de vida. Se as razões laborais são os principais motivos para a imigração

para Portugal, como referido anteriormente, a crise económica veio colocar muitos constrangimentos a esta escolha.

Os níveis de desemprego entre os cidadãos estrangeiros aumentaram exponencialmente, tal como o número de pedidos de apoio à OIM ao abrigo do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e Reintegração ou a remigração. Devido a esta conjuntura, houve um aumento do trabalho informal ou precário e, conseqüentemente, de perda de um conjunto de direitos laborais e sociais diretamente ligados à carreira contributiva e ao estatuto do trabalhador.

O último relatório do Observatório das Migrações (2019), do Alto Comissariado para as Migrações, refere que em 2018, de acordo com os dados do EUROSTAT, a taxa de desemprego dos cidadãos estrangeiros da UE28 era de 7,3%, enquanto a dos extracomunitários estava em 15,2%. Para a população autóctone, esta taxa rondava os 6,4%. Estes números vêm evidenciar a distância existente entre os valores da taxa de desemprego para os diferentes grupos, destacando-se os trabalhadores estrangeiros de países extracomunitários. Os trabalhadores estrangeiros são o grupo mais vulnerável e exposto ao desemprego nas sociedades de acolhimento. Analisando a situação de Portugal, o valor da taxa de desemprego para a população estrangeira extracomunitária era de 12,9%.

Situações de crise expõem os trabalhadores imigrantes a contextos de maior vulnerabilidade e desemprego. Se até 2008 as taxas de desemprego (dos cidadãos de nacionalidade portuguesa e dos de nacionalidade extracomunitária) estavam relativamente a par, desde essa altura que estas se distanciaram. Porém, desde 2015 que se verificavam sinais de recuperação da taxa de desemprego, diminuindo tanto para cidadãos nacionais (passou de 16,2% em 2013 para 7% em 2018) como para cidadãos estrangeiros extracomunitários (passou de 30,4% em 2013 para 12,2% em 2018). Contudo, a atual situação de crise económica e social decorrente da pandemia da COVID-19 já causou um significativo agravamento das situações de desemprego e vulnerabilidade social, que se manterá pelo menos a curto prazo.

As situações de desemprego colocam em causa a integração jurídico-legal dos cidadãos imigrantes, sabendo-se que a autorização de residência, com a exceção dos estudantes, está dependente da inserção laboral. A perda de vínculo contratual deixa estes cidadãos numa situação de extrema fragilidade, que se agrava quando perdem o título de residência e o direito a usufruir de prestações sociais. Para a Associação Finabrava Portugal, as principais questões que se colocam ao nível do mercado de trabalho são precisamente estas, “a falta de documentos”, que coloca, posteriormente,

problemas ao nível da regularização. A Associação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário (APSDC), aponta outras questões que se prendem com o mercado de trabalho no concelho: “*vaga de imigração de países do leste da Europa levantava muitas barreiras como a língua, enquanto que a imigração do Brasil desponta desconfiança*”. São questões que se cruzam e que levantam, mais uma vez, o debate sobre o ensino do português ou questões ligadas a discriminação.

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Vila Franca de Xira, a maioria dos candidatos que se inscreveram foram de nacionalidade extracomunitária, tendo este número vindo a aumentar nos últimos anos (Quadro 13).

Quadro 13 - Candidatos estrangeiros que se inscreveram no IEFP de Vila Franca de Xira

Ano	UE	Extracomunitários	Total
2016	51	292	343
2017	46	278	324
2018	43	325	368
2019	74	540	614
Total	214	1435	1649

Fonte: IEFP - VFX

O IEFP, em entrevista, refere que “todos os imigrantes com a situação regular no país podem aceder a todos os serviços disponíveis para os cidadãos nacionais, designadamente no âmbito do apoio à colocação no mercado de emprego, medidas de emprego e de formação profissional e ainda intervenções técnicas promotoras da empregabilidade”, sendo que a procura dos seus serviços “tem a ver habitualmente com procura do 1º emprego em território nacional e/ou novo emprego por perda do anterior. Há uma grande maioria com baixas qualificações, o que se relaciona diretamente com trabalhos menos qualificados e vínculos laborais mais frágeis”. Situações de fragilidade laboral são também relatadas pelo ISS “em situação de doença acontecem situações mais complexas [...] designadamente os oriundos dos países PALOP’s”. Qualquer tentativa de contacto com as Embaixadas destes países

revela-se infrutífera agravando assim as situações já frágeis em termos de saúde e económicas, tornando-as extremamente vulneráveis e dependentes do Serviço”.

Além dos obstáculos estruturais derivados da conjuntura atual (falência de empresas, reduções no número de trabalhadores, situações de *lay off* com redução salarial), alguns imigrantes enfrentam problemas adicionais, como a fraca escolaridade, o nível baixo de português e a discriminação racial/étnica. Para os imigrantes que estão em situação irregular, as dificuldades são ainda maiores. Paralelamente, o ISS relata também situações relacionadas com atrasos: “complexidade/burocracia do sistema; necessidade de residência válida; demora/ atraso por parte do SEF”, o que constrange o avançar dos processos e coloca em dificuldade muitos cidadãos estrangeiros.

Assumindo que a população estrangeira é aquela que é mais afetada por flutuações de emprego, devem adotar-se medidas que tentem colmatar esta situação. Tendo em conta este quadro, no *focus group* foram debatidas duas ideias. A primeira incidiu sobre a divulgação de informações “práticas”, com base na interpretação da legislação, acerca dos mecanismos que podem ser mobilizados pela população imigrante para obter regularização, sobretudo de base laboral. A indicação é refletir sobre um serviço de apoio jurídico e divulgação em linguagem acessível de normas que apontem diferentes formas para o imigrante que solicita a sua regularização. Como se viu, os CLAIM dispõem de Apoio Jurídico e Social, podendo-se refletir como esse serviço pode ser proativo no sentido de ampliar a disseminação de informação, de modo a abranger não apenas aqueles imigrantes que procuram informação diretamente.

A segunda ideia, de natureza mais complexa, refletiu sobre a possibilidade de haver um visto válido para um período de procura de emprego por parte do imigrante, de modo a que a inexistência de um contrato de trabalho não implicasse automaticamente impossibilidade de manter-se em situação regular em Portugal. Embora considerada uma ideia controversa pelo grupo foi apontada como relevante quando o tema é mercado de trabalho/regularização e população imigrante.

Igualdade de género, racismo e cidadania

Segundo os dados do Eurobarómetro de 2019, no inquérito sobre a discriminação com base na origem étnica esta é considerada comum para 64% daqueles que responderam em Portugal, sendo este valor superior ao valor médio para a UE28 (59% para 2019). Não existem dados que permitam realizar uma análise mais fina e pormenorizada. Para além disso, a falta de um contacto mais direto com alguns

atores-chave do concelho não nos possibilita uma leitura mais aproximada da realidade em Vila Franca de Xira.

Assim, apresentam-se apenas algumas referências mais gerais que devem ser tidas em conta na execução do PMIM, reforçando-se a ideia referida no Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Vila Franca Xira.

A Lei nº 93/2017, de 23 de agosto definiu a interseccionalidade da discriminação e introduziu uma perspetiva de género no acompanhamento da situação da igualdade e da não discriminação por origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem. Nestas questões, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), através da sua Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD), tem competências importantes.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) recebeu, em 2018, 346 queixas de discriminação de base racial e étnica. Este número reflete um aumento de cerca de 93% face ao ano de 2017. Segundo o Relatório Estatístico Anual de 2019 do ACM, este “aumento significativo das queixas de discriminação de base racial e étnica em Portugal não reflete necessariamente um aumento do racismo no país, mas tem inerente também os impactos das recentes provisões do regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem (Lei nº 93/2017, de 23 de agosto), podendo ainda refletir uma maior consciencialização para a problemática da discriminação racial e étnica e um maior reconhecimento dos mecanismos e entidades que acompanham o combate a esta discriminação” (p. 338).

O Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Vila Franca Xira, realizado pelo ACM em 2019, refere que “A autarquia promoveu ações de sensibilização na área da diversidade cultural e contra a discriminação racial ou xenofobia, através do projeto “#Direitos.Com”. Este projeto pretende promover a noção de cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização para a educação para os Direitos Humanos e participação democrática, tendo em vista a valorização da diversidade humana, tolerância, não discriminação, combate à exclusão e cooperação, e é direccionado para a comunidade escolar (alunos, docentes e não docentes), profissionais de intervenção social e comunitária e forças de segurança”. A APSDC referiu em entrevista que dinamiza este projeto e identificou, para além dos objetivos já referidos,

que este projeto pretende, também, “combater a exclusão, discriminação e discurso de ódio dirigido às mais diversas minorias”.

É necessário alertar para uma realidade muito comum em Portugal ao nível das relações de género que evidenciam situações de exclusão/ discriminação na área da saúde. Como referido, há denúncias de problemas no acesso à saúde, sobretudo no que se relaciona com a qualidade do serviço propriamente dito. Há casos de mulheres grávidas, não falantes de português, que não são devidamente acompanhadas no Serviço Nacional de Saúde, mesmo com situações clínicas delicadas.

Quando questionados sobre a percepção geral dos migrantes no concelho, a Associação Finabrava Portugal refere que “Preconceito ainda existe em pleno século XXI”. A APSDC vai um pouco mais além e refere o seguinte: “a percepção acerca dos migrantes não é muito positiva, variando, contudo, consoante a origem das pessoas e também consoante o género. Existem estereótipos vincados relativamente às várias nacionalidades e tratamentos também eles diferenciados. No entanto, a realidade é que a generalidade das pessoas migrantes é bastante adequada (algumas pessoas são até diferenciadas em termos de habilitações), e quase todas têm apoio familiar e vivem em comunidade”. Contudo, quando a mesma questão foi colocada à PSP – Divisão de Vila Franca de Xira a resposta foi mais neutra, salientando-se uma “riqueza evolutiva” no processo. Não foi possível aprofundar estas diferentes visões como seria necessário, pelas limitações metodológicas já referidas.

Embora no *focus group* não se tenham discutido casos particulares de racismo e discriminação, a escola foi apontada como um espaço a ser explorado no sentido de promover e, ao mesmo tempo, ser alvo de campanhas de sensibilização para a diversidade, contribuindo para a desconstrução de estereótipos. Como foi mencionado por um dos participantes “*Ninguém nasce racista*” (*Focus group* realizado dia 23 de julho de 2020).

Além do tema do racismo e preconceito, foi chamada a atenção no *focus group* sobre a importância de campanhas de sensibilização que também incidam sobre o tema da violência doméstica, apontada ainda como uma problemática em Portugal, da qual também será alvo a população imigrante.

4.2.2. Prioridades

Os desafios elencados exigem, do ponto de vista dos autores, respostas públicas articuladas entre distintos níveis de governação (do local ao nacional) e intersetoriais,

envolvendo várias dimensões de integração social. Algumas respostas políticas poderão até obedecer a uma lógica de *mainstreaming* (i.e., dirigidas a toda a população residente), mas algumas deverão contemplar as especificidades das comunidades imigrantes e das dificuldades acrescidas que elas sentem ao nível laboral.

Mercado de trabalho

- Sistematizar e difundir informações legais relativas às diferentes formas/caminhos que a população imigrante pode mobilizar para justificar a sua regularização, via pedido/obtenção de visto de trabalho. Esta prioridade enquadra-se em um tipo de apoio jurídico e este tipo de apoio existe no CLAIM. Contudo, a prioridade foca-se na antecipação por parte de serviços do apoio jurídico na disponibilização desta informação.
- Promover fóruns de debate com decisores políticos sobre a viabilidade da existência de um visto válido para a procura de emprego, ou seja, que garanta regularização do imigrante durante um período após o vencimento de um contrato de trabalho.
- Proporcionar estímulos ao emprego, através de políticas públicas municipais contra-cíclicas, que apoiem a economia de produção (de bens e serviços) local.
- Proporcionar estímulos ao comércio e ao consumo local (incluindo o comércio e serviços étnicos), fomentando o que se designa por “circuitos curtos”, que não são apenas benéficos para a economia local, como reforçam a multiplicidade de funções das localidades, tornando-as mais integradas e menos compartimentadas em zonas, favorecendo os laços comunitários e de proximidade.
- Aprofundar as políticas locais para os transportes e mobilidade que facilitem as deslocações dos cidadãos, sobretudo no espaço metropolitano (Área Metropolitana de Lisboa), ao nível de custos económicos e de tempo. Visto que o investimento nos transportes públicos (aumento das carreiras e frequência das mesmas) pode ser inviável, poderão ser estimuladas outras

formas para melhoria da mobilidade dos cidadãos, em particular dos que residem/trabalham fora do concelho. Por exemplo, desenvolvendo parcerias com empresas de transportes públicos (e.g.: Comboios de Portugal, Carris, Metropolitano de Lisboa) ou de grupos privados que prestam serviço público (e.g.: Barraqueiro Transporte; Rodoviária de Lisboa) para que estas baixem o preço dos títulos de transporte ou do passe às pessoas que comprovem estar em situação de desemprego ou que tenham arranjado novo emprego, durante um determinado período de tempo. Esta iniciativa poderia inclusivamente ser estendida aos cidadãos irregulares que residam no concelho (através de comprovativo da Junta de Freguesia).

- Reforçar a proteção contra a discriminação no acesso ao mercado de trabalho, por exemplo, através de campanhas de informação (*public awareness*) amplamente difundidas, de modo a que um maior número de imigrantes conheça os seus direitos e possibilidades de proteção contra práticas abusivas de empregadores. Iniciativas com financiamento público que estimulem a multiculturalidade na contratação de trabalhadores (discriminação positiva) poderiam também ser contempladas.
- Intensificar a proteção dos trabalhadores em situação irregular contra práticas de exploração, em que a ACT (Autoridade para as Condições no Trabalho) possa cooperar mais estreitamente com as associações de defesa dos imigrantes. Deverá haver esforços no sentido de aumentar a denúncia formal de práticas de abuso e exploração, seja por parte dos imigrantes, seja por via de associações de imigrantes ou outras. A fiscalização laboral realizada pela ACT deveria ser também intensificada.

Igualdade de género, racismo e cidadania

- Realização de campanhas de sensibilização que contemplem os temas do racismo, discriminação e violência doméstica no espaço escolar.
- Reforçar a divulgação das leis de proteção contra a discriminação, tanto junto dos imigrantes e minorias étnicas, como da população em geral, para que haja uma maior pressão social contra essas práticas.
- Incentivar a denúncia e punição de tais práticas, quando elas ocorrem. Para

ambos os casos, a CMVFX pode tentar planejar junto com as Associações campanhas de prevenção do racismo e discriminação (por exemplo, numa lógica de “Factos e Mitos” sobre a Imigração), com elevada exposição pública em cartazes e outdoors, publicação e colocação de panfletos com direitos e deveres em vários serviços públicos (serviços municipais, juntas de freguesia, CLAIM, escolas, centros de saúde, etc).

- Evitar a discriminação ao nível da linguagem, dando exemplos nos discursos orais dos políticos e técnicos e na escrita de documentos oficiais.

4.3. Eixo 3 – Interculturalidade

4.3.1. Contextualização, debate e opções de políticas

É evidente que o concelho de Vila Franca de Xira é marcado por uma diversidade de povos, que conseqüentemente se traduz também em diversidade de línguas, costumes, religiões, ou seja, culturas. Contudo, este município não dispõe de uma programação cultural especificamente voltada para a diversidade das populações presentes no seu território. Esta informação foi reforçada durante o *focus group* sendo sugerida a criação de uma festa/evento que agregasse todas as comunidades presentes no concelho, a qual pudesse promover atividades relacionadas com a gastronomia, o artesanato, a realização de workshops, aulas de capoeira, etc.

Como foi evidenciado pelo “Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Vila Franca de Xira”, realizado pelo ACM em 2019, o concelho tem realizado mais apoios (financeiros e logísticos), quando solicitados, às entidades da sociedade civil para organização de atividades que também abrangem o enfoque cultural. É sabido que os residentes de origem cabo-verdiana residentes em Vila Franca de Xira celebram anualmente, no dia 25 de novembro, a festa de Santa Catarina, padroeira na ilha de Santiago, assim como, foi informado no *focus group* que é celebrado anualmente o 25 de maio, Dia de África, pela Associação de Africanos do concelho de Vila Franca de Xira.

A análise dos CLAIM do concelho de Vila Franca de Xira foi alocada ao Eixo-1 voltado ao “Acolhimento”, por se considerar que nenhum dos assuntos tratados está relacionado com a promoção e o apoio a atividades socioculturais, como a criação de associações, embora seja este um dos pilares dos serviços prestados nos CLAIM.

Ora, para além dos atendimentos abrangerem o Apoio Jurídico e Social, Reagrupamento Familiar, Aquisição de Nacionalidade, Procura de Emprego, Legalização, Retorno Voluntário, Saúde, Educação, Cultura e Desporto, Informações Gerais e Apoio à Formação de Associações, está previsto no âmbito dos CLAIM o desenvolvimento de projetos de âmbito sociocultural que possam contribuir para a integração das atividades.

No que respeita ao tecido associativo, dadas as circunstâncias da atual pandemia, como já foi explicado, não foi possível a realização de trabalho de campo para o seu reconhecimento no terreno, questão relevante pois permitiria um contacto direto com os espaços e as ações em curso, processo que assume particular relevância no caso das associações que não têm páginas eletrónicas ativas na *web*. Contudo, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira forneceu o contacto de três associações, uma delas não de imigrantes, que serão parceiras no futuro Plano de Integração do concelho. As associações de imigrantes e vocacionadas para as atividades de carácter cultural são a Associação Finabrava Portugal e a Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira, enquanto a Associação para a Promoção da Saúde e do Desenvolvimento Comunitário tem carácter mais abrangente. Ressalta-se que através da resposta à entrevista escrita por parte da Associação Finabrava Portugal, ficou a conhecer-se uma nova Associação, a Girassol Solidário, voltada especificamente para o apoio aos doentes evacuados de Cabo Verde.

Foi relatado no *focus group* que nem todas as comunidades de imigrantes presentes no concelho de VFX tem uma associação representativa. Neste sentido, foi sugerido o reconhecimento da figura de interlocutores comunitários para cada uma das nacionalidades não representadas em associações no município. O papel inicial destes interlocutores seria o incentivo à criação de associações por parte das diferentes comunidades, sendo dado o exemplo da comunidade brasileira pela sua expressividade no concelho e ausência de uma associação, bem como o reconhecimento no terreno de associações que existam na prática, mas sem formalização. Posteriormente, algumas das funções dos mediadores comunitários estariam voltadas para a mediação e articulação entre as diferentes associações do concelho, no sentido de apoiar a realização de atividades conjuntas.

Foi ainda referido que existe uma plataforma *on-line*, na qual estão listadas todas as associações que estão legalmente constituídas, tendo essas, em particular, apoio do município. Neste quadro, foi sugerida uma lista mais ampla que abrangesse todas as associações, formalizadas e não formalizadas, o que exigiria um estudo do tecido

associativo no concelho de VFX, também sugestão da equipa do *focus group*, e que poderia ser desenvolvida com o apoio dos interlocutores comunitários.

Contudo, face à inexistência de atividades culturais com enfoque específico na população imigrante, fica evidente a desarticulação entre o poder local e aquelas que são as atividades culturais desenvolvidas pela população imigrante organizada em associações, ficando porventura aquelas restritas apenas a um grupo étnico específico, pelo que têm pouca ou nenhuma visibilidade no município, tornando o seu contributo para a geração de interação positiva entre as populações residentes muito limitado.

Chama-se ainda a atenção para a diversidade religiosa que potencialmente há no território de Vila Franca de Xira, sem que sejam ainda conhecidos com detalhe e mapeados os vários locais de culto. A dimensão ligada à cultura é aquela para qual são mais escassos os dados secundários, tornando-se essencial o trabalho de campo, muito difícil de desenvolver em tempos de pandemia. Em ligação telefónica informal com uma imigrante de nacionalidade brasileira residente em Vila Franca de Xira, no dia 26 de março de 2020, foi relatada a presença de pequenas igrejas evangélicas dirigidas e frequentadas por imigrantes de nacionalidade brasileira. Quando indagada sobre o conhecimento de outros espaços religiosos declarou não conhecer. Além do mais, o conhecimento destes espaços é mais restrito à população imigrante praticante, podendo ocorrer em alguns casos uma invisibilização social das práticas que não são do conhecimento dos autóctones, o que pode incrementar o preconceito e a xenofobia. No *focus group* foi mencionada a existência de locais adaptados a mesquitas no concelho (no Forte da Casa e em Vialonga), tendo os participantes considerado importante dar voz às diferentes comunidades, de modo a impedir que “fiquem fechadas em si mesmas”, o que contribui para a reprodução de estereótipos.

Também se salienta a relevância de descortinar eventuais práticas tradicionais nefastas, não no sentido de reconhecê-las, mas de abolir a sua implementação, a exemplo da mutilação genital feminina e da infibulação, que desde 2012 são consideradas uma violação aos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Neste sentido, foi apontado no *focus group* a importância de informar mais a população sobre a mutilação genital feminina e seus efeitos para a mulher.

Por fim, ainda na dimensão interculturalidade, realça-se a importância do papel dos *media* na sensibilização da opinião pública, enquanto “ferramenta” que pode auxiliar o processo de integração da população imigrante através da desconstrução de

estereótipos, seja pela forma como o conteúdo que incide sobre a população imigrante é descrito, seja pela abertura de espaço para dar “voz” a esta população.

Contudo, alguns estudos têm demonstrado que não só a população imigrante tem pouca participação nos *media* como é, em larga medida, retratada de forma negativa, reproduzindo os *media* estereótipos ligados, por vezes, à atribuição de “categorias” únicas aos diferentes grupos. A esta conclusão chegou um trabalho realizado em 2005, depois de realizar análise de conteúdo a 1791 peças de imprensa e 312 peças de televisão sobre o tema imigração e minorias-étnicas (Cunha *et al.*, 2004). Segundo as autoras, enquanto a população brasileira foi sobre-representada nas matérias e programas analisados, também apareceu mais ligada ao tema da prostituição; os imigrantes da Europa de Leste emergiram em mais peças ligadas ao crime e ao trabalho; os chineses, que na altura iam ganhando mais visibilidade, destacavam-se nas peças voltadas à atividade comercial; a comunidade islâmica nas atividades religiosas; enquanto os imigrantes africanos (incluindo a segunda geração) aparecerem pouco representados face ao efetivo demográfico desta população em território português. É certo que mais de dez anos se passaram desde a realização do estudo, o qual já apontou na altura a tendência de ascensão do tema ligado à *integração* nas perspetivas culturais e religiosas.

Contudo, aquilo para que se quer chamar atenção refere-se ao entendimento de que a comunicação de massas pode exercer um grande poder de influência na opinião pública, tornando-se essencial a sensibilização destes profissionais tanto no que respeita à linguagem escrita e falada dos conteúdos acerca da população imigrante, quanto à abertura de espaço para esta população nos programas e matérias com apelo à participação, uma vez ultrapassada a barreira linguística, acompanhada de literacia para os *media*, no sentido de atribuir também à população imigrante o papel de interlocutora.

4.3.2. Prioridades

Interculturalidade

- Realizar uma análise do tecido associativo ativo, independentemente da sua situação legal, em Vila Franca de Xira, e disponibilizar as informações (e.g. lista das existentes) numa plataforma aberta.
- Apoiar e “eleger” interlocutores comunitários de nacionalidades não representadas em associações, incluindo as nacionalidades representadas

em associações ativas, mas não legalmente constituídas.

- Oferecer formação aos interlocutores comunitários no sentido de prepará-los para informar e incentivar as suas respetivas comunidades a organizarem-se em associações, bem como para apoiar o processo de regularização das associações ativas, mas não legalmente constituídas. Também seria um papel dos interlocutores mediar a comunicação entre as diferentes associações presentes no concelho, criando ou fortalecendo laços de apoio entre elas.
- Institucionalizar uma data municipal para a celebração da diversidade cultural, do diálogo intercultural e da imigração, agregando todas as comunidades existentes em Vila Franca de Xira. Este evento contaria com a forte colaboração dos interlocutores comunitários e dos representantes das associações legalmente constituídas.
- Disponibilizar materiais informativos em diferentes línguas sobre a agenda das celebrações dos vários grupos de imigrantes que têm lugar no concelho.
- Disponibilizar mecanismos de apoio às instituições locais que promovam o acolhimento e a integração de imigrantes e seus descendentes
- Realizar um levantamento dos locais de culto e reconhecer as diversas práticas religiosas do concelho. Associado a isto, pode-se refletir sobre a criação de uma rota, que indique os locais de culto, a história da religião, as práticas realizadas, de modo a quebrar estereótipos e preconceitos por via do conhecimento.
- Alargar a programação cultural do município com vista à sensibilização para a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural.
- Sensibilizar para a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural em espaços públicos.
- Estudar as possibilidades de reforçar o apoio às associações e entidades da sociedade civil na dinamização de atividades culturais (implementação de lógicas colaborativas mais intensas nas realizações). Ainda neste âmbito, poder-se-ia estudar o tecido associativo presente no concelho e fazer um reconhecimento das atividades culturais que realiza. Este levantamento poderá auxiliar na construção de uma “agenda cultura imigrante” reconhecida pelo poder local, com o intuito de apoiar as atividades e auxiliar

a sua disseminação.

- Sensibilizar a equipa de comunicação da CMVFX e de outros meios presentes no concelho sobre o poder do discurso no incentivo ou quebra de estereótipos ligados à população imigrante.
- Fortalecer as relações de apoio e assessoria entre a Divisão de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude, da CMVFX, e as associações de imigrantes presentes no concelho.

5. REFERÊNCIAS

- ACM – Alto Comissariado para as Migrações. (2019). Relatórios das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Vila Franca de Xiral. Lisboa, p.43.
- Akresh, I. R., & Frank, R. (2008). Health Selection Among New Immigrants. *American Journal of Public Health*, 98(11), 2058–2064.
- Baganha, M. I. The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration*, 2009, 47 (3): 5-20.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., & Góis, P. (2009). Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica, *Ler História*, no56, pp. 123-133. (disponível em https://www.academia.edu/2298661/IMIGRANTES_EM_PORTUGAL_UMA_S%C3%8DNTSE_HI ST%C3%93RICA).
- Bhopal R., Hayes, L., White, M., Unwin, N., Harland, J., Ayis, S., Alberti, G. (2002). Ethnic and socio-economic inequalities in coronary heart disease , diabetes and risk factors in Europeans and South Asians,” *J. Public Health Med.*, vol. 24, no. 2, pp. 95–105.
- Carballo, M., Divino, J. J., & Zeric, D. (1998). Migration and health in the European Union. *Tropical Medicine and International Health Volume*, 3(12), 936–944.
- Costa, A., & Castro Caldas, J. (2014). A União Europeia e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas. In: Reis, J. (coord.) et al., *A economia política do retrocesso. Crise, causas e objetivos*, pp.87-126. Coimbra, Almedina e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Cunha, I. F., Santos, C. A., Silveirinha, M. J. & Peixinho, A. T. (2004). Media, imigração e minorias étnicas. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). ISBN: 972-98959-7-X, Lisboa.
- Dias, S. F., Severo, M., & Barros, H. (2008). Determinants of health care utilization by immigrants in Portugal. *BMC Health Services Research*, 8(2017).
- Esteves, A (coord) et al. (2015). O impacto da crise económica sobre as condições de vida e dinâmicas de inserção laboral dos imigrantes em Portugal. Relatório Final, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Fanzini, L., Ribble, J., & Keddie, A. (2001). Understanding the Hispanic paradox. *Ethn Dis*, 11(3), 496–518.
- Fonseca, M. L., Esteves, A., McGarrigle, J., & Silva, S. (2007). Saúde e integração dos imigrantes em Portugal : uma perspectiva geográfica e política. *Dias, Sonia (Org.) Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde*, (1), 27–52
- Fonseca, M. L., e M. J. Hortas. (2011). International students in Portugal, *Canadian Diversity / Diversité Canadienne*, 8 (5), pp. 98-104.

- Gushulak, B. D., & Macpherson, D. W. (2006). The basic principles of migration health : Population mobility and gaps in disease prevalence, *11*, 1–11.
- Harding, S. (2003). Mortality of Migrants from the Indian Subcontinent to England and Wales: Effect of Duration of Residence. *Epidemiology*, *14*(3).
- Healy, C. (2011). Cidadania portuguesa: a nova lei da nacionalidade de 2006, Coleção OI, 45. Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI. (disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudo45_WEB.pdf).
- Hosper, K., Nierkens, V., Nicolaou, M., & Stronks, K. (2007). Behavioural risk factors in two generations of non-Western migrants : do trends converge towards the host population ? *European Journal of Epidemiology*, *22*(163), 163–172.
- IOM - International Organization for Migration. (2020). World Migration Report. Geneva, p. 498.
- Jasso, G., Massey, D., Rosenzweig, M., & Smith, J. (2004). *Immigrant Health: Selectivity and Acculturation. IFS Working Paper, 04/23*.
- Jayaweera, H. & Quigley, M. A. (2010). Social Science & Medicine Health status , health behaviour and healthcare use among migrants in the UK : Evidence from mothers in the Millennium Cohort Study, *Soc. Sci. Med.*, vol. 71, pp. 1002–1010.
- Kennedy, S., Kidd, M. P., Mcdonald, J. T., & Biddle, N. (2014). The Healthy Immigrant Effect : Patterns and Evidence from Four Countries. *Int. Migration & Integration*, *16*, 317–332.
- Lancee, B. (2012). Immigrant performance in the labour market. Bonding and bridging social capital. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- Malheiros, J. (2002). Portugal seeks balance of emigration, immigration. *Country Profiles Information Source. Washington, D.C.: Migratory Policy*.
- Malheiros, J., Nunes, S. e Possidónio, D. (2009). Immigrants in the European Union: Features, Trends and Vulnerabilities. In: Fernandes, A., Miguel, J. P. (ed.). Health and Migration in the European Union: Better Health for All in an Inclusive Society. Lisboa.
- Malheiros, J. M., Vala, F., Macai, J., & Vala, F. (2010). Immigration and city change : The Lisbon metropolis at the turn of the twentieth century. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, *30*(6), 1065–1086. <https://doi.org/10.1080/1369183042000286250>
- Malheiros, J. & Esteves, A. (2013). Diagnóstico da população imigrante em Portugal: Desafios e Potencialidades. ACIDI, Lisboa, 2013.
- OECD (2009) – International migration Outlook 2009. Paris, OECD Publishing. (disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2009_migr_outlook-2009-en#page89).
- Oliveira, C. (coord.), Gomes, N. (2014). Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal. Relatório estatístico decenal. Lisboa, Alto Comissariados para as Migrações. (disponível em:

- http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_ImigNumeros/Monitorizar%20a%20Integracao%20de%20Imigrantes%20em%20Portugal.pdf).
- Oliveira, C. (coord.), Gomes, N. (2019). Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório estatístico Anual. Lisboa, Alto Comissariados para as Migrações. (disponível em <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes.+Relatorio+Estatistico+Anual+2019/98bf34e6-f53f-41b9-add6-cdb4fc343b34>)
- Padilha, B. (2013). Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. *Rev. Inter. Mob. Hum.*, Ano XXI, n. 40, p. 49-68.
- Peixoto, J. (2007), “Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 53, pp.71-90.
- Peixoto, P., Craveiro, D., Malheiros, J & Oliveira, I. T., de (org). (2017). *Migrações e Sustentabilidade Demográfica*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, p. 292.
- Riosmena, F., Everett, B. G., Rogers, R. G., & Dennis, J. A. (2015). Negative Acculturation and Nothing More ? Cumulative Disadvantage and Mortality during the Immigrant Adaptation Process among Latinos in the United States 1, *49(2)*, 443–478.
- Ruiz-Ramos, M. & Juarez, S. (2013). Mortalidad general y por causas en la población autóctona e inmigrante en Andalucía, *Gac Sanit*, vol. 27, no. 2, pp. 116–122.
- Santana, P., Santos, R., Alves, I., Couceiro, L., & Machado, M. do C. (2015). Avaliação das condições individuais e contextuais no peso dos recém-nascidos (filhos de mães imigrantes e portuguesas) na área metropolitana de Lisboa. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol.33 no.2.
- Seabra, T. & Cândido, A. F. (2019). Os alunos de nacionalidade estrangeira nos ensinos básico e secundário em Portugal Continental (2011/12 a 2016/17): matrículas e modalidades de ensino. *Observatório das Desigualdades*, ISCTE-IUL. CIES-IUL.
- Sharma, R. D., Michalowski, M., & Verma, R. B. P. (1990). Mortality Differentials among Immigrant Populations in Canada. *International Migration*, 28(4), 443–450.
- SNS-PCS (2019). Serviço Nacional de Saúde. Prestadores de Cuidados de Saúde (2019). <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores/>. Acesso: 7/03/2020.
- K. Silva, M. Correia, and J. Malheiros (2019). Traveling through diverse and creative peripheries in Lisbon, *Periferias*, vol. 1, no. 3.
- Wallace, M., Khlát, M., & Guillot, M. (2019). Mortality advantage among migrants according to duration of stay in France , 2004 – 2014. *BMC Public Health*, 19(327).
- Zimmerman, C., Kiss, L., & Hossain, M. (2011). Migration and Health : A Framework for 21st Century. *PLoS Medicine*, 8(5).

Sites consultados

ACM – Alto Comissariado para as Migrações. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/pt>

CMVFX - Câmara Municipal de Vila Franca de xira. Disponível em: cm-vfxira.pt

CMVFX – Câmara de Vila Franca de Xira/Portal do Associativismo. Disponível em: <https://associativismo.cm-vfxira.pt/>

Eurobarômetro. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/be-heard/eurobarometer>

INE – Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: <https://www.ine.pt>.

IOM - International Organization for Migration. Disponível em: <https://www.iom.int/>

SEF–Serviço de Estrangeiro e Fronteiras. Disponível em: <https://www.sef.pt/pt/Pages/homepage.aspx>

SNS – Agrupamentos de centros de Saúde Estuário do Tejo. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/entidades-de-saude/agrupamento-de-centros-estuário-do-tejo/>

SNS - Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários. Disponível em: <https://bicsp.min-saude.pt/pt/biufs/3/30024/Pages/default.aspx>

SNS – Serviço Nacional de Saúde/Prestadores de Cuidados de Saúde. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores/>

PORDATA – Base de dados Portugal contemporâneo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/>

OM - Observatório das Migrações. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/>

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Disponível em: <https://www.oecd.org/portugal/>

OPSS – Observatório Português dos Sistemas de Saúde. Disponível em: <https://opss.pt/>

6. ANEXOS

Anexo A - Lista de idiomas/dialetos com serviço de tradução através do Serviço de Tradução Telefónica

Albanês	Alemão	Árabe	Azerbaijano	Amárico
Balanta	Baluchi (Paquistão)	Bangla/Bengali	Búlgaro	Chinês Mandarim
ChinêsQuingtian/Wenzhou	Chinês - Wenzhou	Chinês - Xangai	Crioulo (Cabo Verde)	Crioulo (Guiné-Bissau)
Curdo	Dari (Afeganistão)	Espanhol	Farsi/Persa	Farsi / Irão
Filipino	Francês	Fula (Guiné Bissau)	Fula (Senegal)	Georgiano
Grego	Gujarati	Haaka (Timor Leste)	Hindi	Holandês
Ibo - Nigéria	Ioruba (Nigeria)	Inglês	Italiano	Japonês
Kicongo (R.Congo)	Lingala (R.Congo)	Lituano	Lori (Irão)	Malaiala/Malabar(sul India)
Mandinga	Marata (India)	Moldavo	Nepalês	Norueguês
Oromo	Pidgin English (Nigéria)	Polaco	Punjabi	Romeno
Russo	Saraiki (Paquistão)	Sindi (Paquistão)	Somali	Tailandês
Tajique (Tajiquistão)	Tamil (India, Sri Lanka)	Tetum (Timor Leste)	Tigrínia	Turco
Ucraniano	Urdu	Wolof		

Fonte: Alto Comissariado para as Migrações (2020).